



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CAIO HENRIQUE PINHEIRO DE PAULA

DEMOCRACIA, CIBERATIVISMO E REDES SOCIAIS DIGITAIS: Mudanças Na
Participação Política No Século XXI

JOÃO PESSOA

2020

CAIO HENRIQUE PINHEIRO DE PAULA

DEMOCRACIA, CIBERATIVISMO E REDES SOCIAIS DIGITAIS: mudanças na
participação política no século XXI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador(a): Prof.(a) Mariana Pimenta
Oliveira Baccarini

JOÃO PESSOA

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P324d Paula, Caio Henrique Pinheiro de.

Democracia, ciberativismo e redes sociais digitais:
mudanças na participação política no século XXI / Caio
Henrique Pinheiro de Paula. - João Pessoa, 2020.
75 f. : il.

Orientação: Mariana Pimenta de Oliveira Baccarini
Baccarini.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Democracia. 2. Participação. 3. Ciberativismo. 4.
Redes Sociais Digitais. I. Baccarini, Mariana Pimenta
de Oliveira Baccarini. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

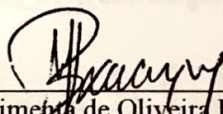
CAIO HENRIQUE PINHEIRO DE PAULA

**DEMOCRACIA, CIBERATIVISMO E REDES SOCIAIS DIGITAIS: MUDANÇAS NA
PARTIPAÇÃO POLÍTICA NO SÉCULO XXI**

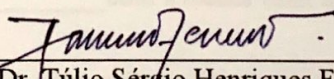
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como
requisito parcial para a obtenção do título de
bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado (a) em: 03 de dezembro de 2020

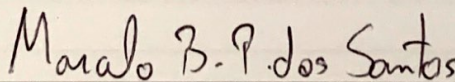
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Mariana Pimenta de Oliveira Baccarini – (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Marcelo Burgos Pimentel dos Santos
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

À Universidade Pública, em particular à esta localizada na Paraíba, que sofre ataques diretos à sua autonomia, mas que segue de pé, firme no propósito de trazer a luz do conhecimento às trevas da ignorância.

*“Mas renova-se a esperança
Nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê
Flor e fruto”*

Milton Nascimento e Wagner Tiso

AGRADECIMENTOS

Mais de quatro anos e meio se passaram desde que um garoto do interior de Minas Gerais, meio perdido nos caminhos da vida, resolveu deixar tudo para trás e lançar-se naquele que, sem dúvidas, foi o maior desafio de sua vida. A conclusão deste trabalho representa, não só a conclusão de uma pesquisa que exigiu muita dedicação, mas a tão próxima vitória do ensino superior — um privilégio de poucos nesse país. Sendo assim, esses agradecimentos se estendem a todos que fizeram parte desse sonho. Não poderia deixar de fazer referência à espiritualidade que me move todas as manhãs, do nascer ao pôr do sol, com a certeza de que Deus não me abandona.

A minha família, devo a eles cada passo que dou, amo vocês! Aos meus pais em particular, Adriana e Camilo, agradeço todos os anos de cuidado, confiança e incentivo dedicados a mim. Aos meus avós Acrísio, Alda e Terezinha por sempre se preocuparem comigo e pelas orações direcionadas ao meu futuro, elas estão sendo atendidas. Aos meus irmãos Bruno, Douglas e a pequena Cecília, obrigado por existirem. Aos meus padrinhos, Marcos e Andréia, pela generosidade, carinho e suporte que prestam para todos nós.

Aos amigos de Uberaba, pelo apoio em todos os momentos, de maneira especial ao grupo 8, Hortência, Patrícia, Mariana, Mirella e Rodo, por acreditarem em mim mais que eu mesmo e celebrarem cada conquista minha como se fosse de vocês. A Rafael, Jéssica, Priscila e Pedro, pelo carinho e amizade de uma vida toda. A Leandro, Bruno e Nuno, por serem os irmãos que a caminhada me trouxe.

Aos amigos de João Pessoa, sou grato pelo privilégio de conhecer e conviver com pessoas tão especiais. Em especial a Priscylla, pela pesquisadora maravilhosa que você é, pelo apoio mútuo e amizade incrível que construímos. À Clara e Mika, por estarem sempre dispostas a conversar e ajudar. À Palloma, pela presença tão carinhosa e sincera. À Geovana, Anna Bia, Gabi, Pedro, Mateus, Marcos e Tainã, sem vocês a vida em João Pessoa não teria cor. A Romberg, pelas trocas de ideias e pelo interesse no meu trabalho

Agradeço de forma especial aos alunos do curso de Relações Internacionais da UFPB, responsáveis pela escolha do tema da VIII SARI, que estive imerso desde então e que me trouxe até o assunto tratado neste trabalho. Aproveito a oportunidade para agradecer a confiança que, em muitos momentos, depositaram em mim, representá-los foi uma honra! Aos companheiros das gestões Up! e Em Frente, do Centro Acadêmico de Relações Internacionais Celso Amorim, obrigado pela oportunidade de ter conquistado tanto com vocês.

Aos professores e servidores que fazem a UFPB, pelo compromisso com o ensino de excelência, com a democracia e com a autonomia universitária. Gratidão especial à minha orientadora, professora Mariana Baccarini, pela inteligência, humanidade e por ter aceitado o desafio em torno do meu tema. O interesse e entusiasmo que a senhora manifestava a cada passo da pesquisa foram, para mim, como sopros de motivação. À professora Eliane Superti, pelo incentivo e apoio no projeto deste TCC.

Por fim, a gratidão é o sentimento que transborda dessas linhas a todos que contribuíram para meu crescimento profissional, intelectual e como cidadão, condição que perpassa este trabalho. Muito obrigado!

RESUMO

A democracia liberal, historicamente, convive com um dilema sobre a representação política, que impacta na coesão do sistema. Essa crise, no entanto, tem-se aprofundado nos tempos mais atuais diante dos problemas econômicos e sociais vivenciados pelos países em um sistema internacional cada vez mais globalizado. Nesse sentido, teóricos da democracia trabalham no sentido de oferecer caminhos para a superação desse dilema. Com o advento da internet e sua popularização, no fim do século XX, expectativas foram depositadas no sentido de utilizá-la para aproximar representantes dos representados, ampliando as possibilidades de participação política. Pouco depois, as redes sociais digitais surgem, conectando pessoas do mundo todo de forma rápida, ágil e barata. Nesse contexto, as crises econômica e social aprofundam-se e movimentos de contestação, compostos por usuários conectados por essas plataformas de redes sociais, saem do virtual para ocupar espaços urbanos reais no Oriente Médio, na Europa, nas Américas etc. Assim sendo, este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo analisar, baseado na revisão de literatura sobre a crise da democracia liberal e sobre a internet, o ciberativismo e as plataformas, o efeito das novas TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), em especial as redes sociais digitais, para a participação política. Por esse ângulo é possível visualizar se o espaço público, promovido nessas redes sociais, favorece à participação política confiável e justa ou se as plataformas, na busca pelo lucro, deturpam o debate com seus algoritmos, formando câmaras de eco e permitindo a disseminação de desinformação (*fake news*), incidindo de maneira negativa no sistema político democrático.

Palavras-chave: Democracia. Participação. Ciberativismo. Redes sociais digitais.

ABSTRACT

A liberal democracy has historically lived with a dilemma about political representation, which impacts on the cohesion of the system. This crisis, however, has deepened in the most current countries in the face of economic and social problems experienced by an increasingly globalized international system. In that sense, theorists of democracy work to offer ways to overcome this dilemma. With the advent of the Internet and its popularization, at the end of the 20th century, expectations were placed in the sense of using it to bring together representatives of those represented, expanding the possibilities of political participation. Shortly thereafter, social media appear, connecting people from all over the world in a fast, agile and inexpensive way. In this context, economic and social crises go deeper and movements of contestation, composed of users connected by these social platforms, leave the virtual environment to occupy real urban spaces in the Middle East, Europe, the Americas, etc. Therefore, this paper aims to analyze, based on the literature review on the crisis of liberal democracy and on the internet, cyberactivism and platforms, the effect of new ICTs (Information and Communication Technologies), in especially social media, for political participation. In this perspective, it is possible to determine if the public space, promoted in these social networks, favors reliable and fair political participation or if these platforms, in the pursuit of profit, misrepresent the debate with their algorithms, forming echo chambers and allowing the dissemination of fake news, negatively affecting the democratic political system.

Keywords: Democracy. Participation. Cyberactivism. Social Media.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tunisianos protestam pelo do regime do ex-presidente Ben Ali, Túnis.....	35
Figura 2 - Manifestantes ocupam a praça Tahrir, Cairo, Egito.	36
Figura 3 - Manifestação em Madrid em 15 de maio de 2011.....	40
Figura 4 - Manifestantes lotam Avenida Paulista em 20 de junho de 2013.....	44
Figura 5 - Manifestantes na avenida Paulista em agosto de 2015.	48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A DEMOCRACIA E A INTERNET: ALIADAS OU INIMIGAS?	15
1.1 A DEMOCRACIA LIBERAL E O DILEMA DA REPRESENTAÇÃO	15
1.2 A SOLUÇÃO É PARTICIPAR?	19
1.3 A INTERNET E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	22
2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O CIBERATIVISMO.....	30
2.1 CIBERATIVISMO E A MOBILIZAÇÃO POPULAR;	30
2.2 DO VIRTUAL PARA O REAL: A ONDA DE CONTESTAÇÃO POLÍTICA PELO MUNDO	32
2.2.1 Primavera Árabe.....	33
2.2.2 O 15-M: Los Indignados.....	38
2.2.3 Occupy Wall Street.....	40
2.3 AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E O REPÚDIO À CLASSE POLÍTICA NO BRASIL	43
2.3.1 A pauta popular versus a pauta de massa em junho de 2013: “Não me representa!”	46
3 REDES SOCIAIS COMO FATOR DEMOCRATIZANTE: AS PLATAFORMAS, ALGORITMOS E O ESPAÇO PÚBLICO.....	50
3.1 MERCADORES DA CONSCIÊNCIA	51
3.1.1 Você É Aquilo Que Você Clica.....	53
3.1.2 Os Algoritmos E A Manipulação Do Sujeito	55
3.2 QUANTO VALE SUA INDIGNAÇÃO?.....	57
3.2.1 Fake-News: A Desinformação Como Método, O Ódio Como Resultado;	58
3.3 AS REDES SOCIAIS E A ESFERA PÚBLICA;.....	63
3.3.1 Debate Público E As Câmaras De Eco.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, tem-se observado um fenômeno literário interessante, ligado à teoria democrática: livros que tratam sobre a crise da Democracia liberal tornaram-se *best sellers* internacionais a batem recordes de vendas. Não por acaso, obras como “Como as democracias morrem”, “O povo contra a democracia”, “Como a democracia chega ao fim”, entre outras, estampam as listas dos livros mais vendidos mundo afora¹. Tais obras verificam, em escala global, uma crise de representatividade da Democracia Liberal, impactando diretamente na relação dos atores políticos e a população, levando à ascensão de políticos populistas e com viés autoritário ao poder (SALIBA, 2020). Essa ruptura, segundo Manuel Castells (2018) dá-se tanto em nível emocional quanto cognitivo, apresentando um colapso gradual do modelo político, baseado na representação e governança.

No entanto, a questão da representatividade é, há muito, um dilema para a coesão sistêmica, necessária para a adesão dos governados ao governo constituído, visto a estrutura representativa onde a participação da sociedade acaba restrita ao momento do sufrágio (SCHUMPETER, 1942; BOBBIO, 1998; MARQUES, 2008). Na atualidade, a crise é representada pela redução, ao redor do mundo, da confiança das populações na democracia e nas instituições políticas e é marcada pelo discurso de grupos políticos extremistas que atacam pilares do ideal democrático (BURGOS SANTOS, ARAÚJO e PENTEADO, 2019).

Apesar da vasta bibliografia que versa sobre a crise da democracia liberal, neste trabalho o enfoque será em mapear as expectativas depositadas na internet, onde existia a esperança de solucionar, com o avanço tecnológico, os limites do modelo liberal e apontar se foram alcançadas ou não. Com o advento da internet, as expectativas eram muitas nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que, de forma ágil, prática e de baixo custo, pudessem ampliar a participação dos cidadãos nos processos decisórios (MARQUES, 2008). A perspectiva ciber-otimista identifica iniciativas dos Estados nesse sentido, como consultas online, petições, caixa de opiniões, e-mails institucionais entre outros canais que possibilitam um contato mais direto dos representantes com seus representados (GOMES, 2005; MARQUES, 2008). A própria sociedade civil organizada tem iniciativas que visam ampliar a participação

¹ Informação veiculada nas revistas Exame e Época, além do Jornal Folha de São Paulo (BILLER, 2018; GABRIEL, 2019; SALIBA, 2020)

política promovendo novas formas de cidadania por meio da internet, como os Laboratórios de Inovação Cidadã (LABs) (BURGOS SANTOS, ARAÚJO e PENTEADO, 2019).

A expansão da arquitetura da internet ampliou também as possibilidades de conexão que vieram com a web 2.0, trazendo como inovação a comunicação ‘muitos-para-muitos’ (DINIZ e CALERO, 2011). A expressão perfeita dessa mudança estrutural da internet são as redes sociais que são compostas pelos atores — que são as pessoas, instituições etc —, e pelas conexões desses atores, os laços sociais, que proporcionam a comunicação (RECUERO, 2009; MEDEIROS, 2013). Contudo, os ciberpessimistas levantavam advertências sobre o aspecto dual na relação entre a política e a internet, assim como todos os outros meios de comunicação, desde o início, trazendo considerações sobre os diferentes contextos que poderiam modificar o uso das TICs, “fazendo delas instrumento de emancipação em alguns contextos e fortalecendo o governo autocrático — e incitando o ódio racial — em outros” (MOUNK, 2019, p.176).

Utilizando-se de extensa revisão bibliográfica, este trabalho é iniciado trazendo uma discussão sobre a democracia e a internet, dialogando sobre elementos importantes que caracterizam esse debate. No primeiro ponto, o dilema da representação política que historicamente assombra a democracia liberal e que é aprofundado com a expansão da globalização (MOUNK, 2019). Nesse sentido, apresenta-se em seguida a solução participacionista, de ampliação do engajamento dos cidadãos nos processos decisórios, com o objetivo de reconectá-los ao sistema político (MARQUES, 2008; PATEMAN, 1992). Por fim, é apresentado um apanhado histórico sobre a internet, desde o surgimento dos primeiros computadores até os dias atuais e, além disso, apresentar o debate em torno do uso da internet para o sistema democrático entre os ciber-otimistas e os ciber-pessimistas.

No segundo capítulo, a assunto que perpassa os tópicos é o ciberativismo. O ativismo político dos usuários da internet e os movimentos sociais pelo mundo que adotaram o ciberespaço como um lugar de permanente mobilização. Especificamente neste capítulo, é traçado uma linha do tempo que demonstra as similaridades e conexões entre os movimentos acontecidos entre 2010 até 2013 e as condições que possibilitaram que essa onda global de manifestações acontecesse. Essas formas de conexão virtual entre atores possibilitaram que movimentos sociais, gestados nessas redes, organizassem atos e manifestações com pautas de contestação do *status quo*, colocando em xeque as instituições políticas estabelecidas. Um dos primeiros casos de relevância no mundo é a Revolução de Jasmim, em 2010 na Tunísia, iniciando uma série de protestos em cadeia por diversos países da região, que ficaram

conhecidos por Primavera Árabe (CASTELLS, 2013). Depois, os protestos eclodiram em diversas partes do mundo, os movimentos *Occupy Wall Street*, nos EUA, 15M, na Espanha e as Jornadas de junho de 2013, no Brasil, entre outros.

No terceiro e último capítulo, uma pergunta motiva a construção argumentativa em torno das redes sociais digitais: haveria nelas algum fator democratizante? Seriam elas provedoras de condições favoráveis à participação política ou não? Para responder tais questionamentos, são apresentadas características das redes sociais que não estão facilmente visíveis para os usuários

Defende-se neste trabalho que, apesar das expectativas positivas em torno da internet e do esforço na criação de ferramentas para a participação social, o resultado é um efeito deletério das TICs, em especial as redes sociais, para a participação política. Tais ferramentas não colaborariam nem para a melhora da representação nem com o aumento da participação política pois, os mecanismos intrínsecos das redes sociais, desconhecidos da maioria dos usuários propiciam a formação de câmaras de eco, o rompimento do controle social para ideias radicais, a disseminação orquestrada de notícias falsas, as *fake news*, a contestação da legitimidade e da credibilidade das instituições que dão sustentação ao sistema democrático liberal (como os partidos, o congresso, o judiciário e a mídia tradicional).

Na era das *fake news*, do terrorismo e linchamento virtuais e do ataque a princípios democráticos, pesquisar o comportamento político nas redes sociais é um desafio necessário a qual esse trabalho propõe-se a colaborar com uma resposta adequada no enfrentamento de possíveis efeitos deletérios à uma participação política virtual, eficiente e democrática.

“Democracia é a forma de governo em que o povo imagina estar no poder”

C. Drummond de Andrade

1 A DEMOCRACIA E A INTERNET: ALIADAS OU INIMIGAS?

Conceituar a democracia é uma tarefa que, desde que surgiu o conceito na Grécia antiga até os dias atuais, segue em desenvolvimento. Diversos autores criaram definições, requisitos e tipificações que ajudam a compreender melhor a democracia, que em essência, segundo Robert Dahl (1989), tem como característica “a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais”. O filósofo político italiano, Norberto Bobbio, elenca, dentro de sua concepção procedimentalista, algumas regras básicas que definem um sistema político democrático ou não, sendo elas o sufrágio universal, pluralismo, princípio da vontade da maioria e o respeito às minorias (Bobbio, 2000).

Para além dessas características, é importante considerar que a democracia não é um regime fundamentado no consenso, mas sim “pelo trabalho sociopolítico do dissenso” (CHAUÍ, 2018, p.2), conectado, portanto, às interações políticas dos diferentes. Neste capítulo serão abordados debates sobre a construção e as contradições de um ideal democrático liberal dentro de um sistema representativo e como o avanço das tecnologias da informação tem fomentado as discussões sobre democracia e a participação política.

1.1 A DEMOCRACIA LIBERAL E O DILEMA DA REPRESENTAÇÃO

Na atualidade, há um tipo de sistema democrático que se destaca por ser o modelo difundido internacionalmente como aquele que triunfou na disputa ideológica do século XX e que, com o fracasso do socialismo soviético, era vendido como a única alternativa possível². A democracia liberal era o sistema político praticado pelas potências do bloco capitalista, e que proporcionava estabilidade política e desenvolvimento econômico (FUKUYAMA, 1989). O cientista político Yasha Mounk (2019), atualmente, conceitua o modelo da democracia liberal como uma “mistura única”, que caracteriza a maioria dos governos na América do Norte e na Europa Ocidental, de direitos individuais e soberania popular.

Bobbio (1998) escreveu em seu dicionário de política que o processo histórico de democratização consiste “no cumprimento cada vez mais pleno do princípio-limite da soberania popular e se insere na estrutura do Estado liberal entendido como Estado, *in primis*, de

² O que podemos estar testemunhando na atualidade, não é apenas o fim da Guerra Fria ou o término de um período específico da história do pós-guerra, mas o fim da história enquanto tal: ou seja, o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como forma última de governo humano (FUKUYAMA, 1989, tradução nossa).

garantias” (Bobbio, 1998, p.324). Portanto, a democracia liberal tem, de certa forma, uma dualidade em sua natureza ao se apresentar como um sistema que protege os direitos individuais e também traduz a opinião popular em políticas públicas, assim sendo um sistema político ao mesmo tempo liberal e democrático (MOUNK, 2019), isto é, na teoria.

O modelo político amplamente adotado pelas democracias liberais para traduzir a vontade popular em políticas públicas é o modelo representativo. Autores identificados com a corrente teórica do ‘elitismo competitivo’ advogam no sentido de que a esfera civil não tem capacidade para gerenciar a coisa pública, portanto, “deveria ter como única oportunidade de intervenção no domínio da política o momento da escolha de líderes para administrar as instituições de Estado” (MARQUES, 2008, p. 55).

Um dos maiores expoentes dessa corrente, Joseph Schumpeter (1942) corrobora com a concepção de incapacidades das massas, relegando à esfera pública apenas ao ato de renovar ou não o contrato com os representantes, estes com maior capacidade e tempo de lidar com a coisa pública, limitando a soberania popular ao sufrágio. Walter Lippmann (1993 *apud* MARQUES, 2008), também se opôs às teorias clássicas da democracia moderna, ao considerar que a vontade popular intervém ocasionalmente, se referindo também às eleições:

Nós devemos abandonar a noção de que o povo governa. Em vez disso, devemos adotar a teoria de que, por suas mobilizações ocasionais como uma maioria, as pessoas apoiam ou se opõem aos indivíduos que realmente governam. Devemos dizer que a vontade popular não dirige continuamente, mas intervém ocasionalmente (LIPPMANN, 1993 *apud* MARQUES, 2008, p. 56, *tradução nossa*³).

Nesse sistema, portanto, as eleições são o único momento em que a esfera da decisão política se relaciona com a esfera civil (GOMES, 2005). Criou-se um corpo burocrático com alto nível de autonomia e, por consequência, atrofiou as funções da esfera civil, detentora da soberania popular (GOMES, 2005).

Ao analisar a difusão do ideal democrático, Bobbio (1998) levanta uma crítica quanto ao efeito do processo de democratização nos Estados que são classificados como democracias liberais. O autor aponta que houve uma transformação “mais quantitativa do que qualitativa do regime representativo”. Nesse sentido, percebe-se que o ideal de participação da democracia foi posto de lado no processo de desenvolvimento democrático, contrariando assim os teóricos

³ We must abandon the notion that the people govern. Instead, we must adopt the theory that, by their occasional mobilisations as a majority, people support or oppose the individuals who actually govern. We must say that the popular will does not direct continuously but that it intervenes occasionally (LIPPMANN, 1993 *apud* MARQUES, 2008)

clássicos da democracia, como Stuart Mill (2006) e Tocqueville (2005), quando apontaram a importância da participação popular ativa para o fortalecimento do sistema democrático representativo.

Além destes autores clássicos, os professores Boaventura de Souza Santos e Leonardo Avritzer (2002) reforçam que o ideal de democracia dos séculos XVIII e XIX se perdeu com a prática. O modelo hegemônico é uma descaracterização desse ideal, a partir da opção pela acumulação de capital em detrimento da redistribuição social (BOAVENTURA e AVRITZER, 2002). Democracia tornou-se, portanto, “uma [mera] reivindicação imperial”, afinal de contas, a disseminação global do modelo liberal leva consigo essas características deturpadas que, na visão dos autores, é um modelo tão diferente do ideal democrático que “não parece ser mais que uma caricatura dele”(BOAVENTURA e AVRITZER, 2002, p.73). Segundo os autores:

[...] trata-se da distinção entre democracia como ideal e democracia como prática. Esta distinção é central ao modelo hegemônico de democracia e foi introduzida no debate para justificar a baixa intensidade democrática dos regimes políticos instituídos quando comparados com os ideais democráticos revolucionários do final do século XVIII e de meados do séculos XIX. (BOAVENTURA e AVRITZER, 2002, p.73)

É necessário considerar que, apesar da aparente estabilidade do sistema democrático-liberal alardeada no pós-Guerra Fria, a construção do sistema admitindo as relações de poder social já existentes, mantém o privilégio do poder que já está cristalizado nas instituições, mesmo apresentando uma relativa evolução dessas relações (CASTELLS, 2018). Sendo assim, Manuel Castells (2018) entende que “não se pode afirmar que ela (a democracia) é representativa, a menos que os cidadãos pensem que estão sendo representados” (CASTELLS, 2018, p.12). Eis, portanto, o cerne da crise da democracia liberal, uma crise de legitimidade e representação.

Parte dessa crise pode ser explicada, segundo Mounk (2019), pelo descolamento do liberalismo e da democracia, que fornecem o aspecto dual do sistema democrático liberal, desestabilizando-o de uma forma que chega a ameaçar todo o mundo democrático, graças ao elemento transformador que tem seu apogeu no fim do século XX, que é a globalização. As condições tecnológicas, econômicas e culturais que mantiveram o liberalismo e a democracia lado a lado, estão mudando muito rapidamente, que segundo o autor, explicaria este descolamento (MOUNK, 2019).

O Estado moderno, na perspectiva weberiana, nasce territorializado, exercendo o legítimo uso da coerção física em um determinado território, onde o povo assentará sob a tutela

do Estado, mas protegido por direitos e prerrogativas específicas (NOGUEIRA, 2014). Não obstante, alguns autores ao tratar sobre a globalização, chamados por Giddens (2002) de radicais, observam que ela reduz significativamente a capacidade dos Estados em gerir problemas com efeitos internos mas em essência, globais, escapando das capacidades territoriais: “As nações perderam a maior parte da soberania que possuíam outrora, e os políticos perderam a maior parte de sua capacidade de influenciar os eventos” (GIDDENS, 2002, p. 19).

Entretanto, oposto à abordagem radical, Giddens (2002) cita os autores céticos, que não enxergam à globalização como um fator transformador da realidade atual, mas apenas como retórica ideológica dos adeptos do livre mercado, buscando impor sua agenda neoliberal. Nesse debate, Giddens (2002) se posiciona fora da discussão, criticando a visão limitada do fenômeno que ambas as correntes adotam, em termos puramente econômicos. Para o autor, “a globalização é política, tecnológica e cultural, tanto quanto econômica” (GIDDENS, 2002, p.21).

Segundo Giddens (2002), devido a maneira intrincada que se ligam à globalização, as novas incertezas e riscos afetam a todos, não importando em qual lugar do mundo se viva, quão privilegiado ou carente seja. Essas insatisfações, afirma Sader (2002), acompanharam a ampliação nunca vista da mercantilização, que é a base econômica dos sistemas políticos de democracia liberal. Diante desse contexto, há um distanciamento da burocracia estatal com a nação, sendo esse o aspecto psicológico/sentimental da crise, percebido pelo desinteresse e descrédito nas instituições democráticas pela população que, segundo Castells (2018, p.10), se apresenta como uma crise de legitimidade: “o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não nos representam”.

A ilusão democrática, portanto, está ligada à concepção de melhora dos padrões de vida e aumento de renda em países democraticamente estáveis, a chamada prosperidade democrática (MOUNK, 2019). Assim sendo, apesar do crescimento econômico acelerado, principalmente em países do Sul global, Mounk (2019) apresenta resultados recentes da piora dos indicadores sociais por todo o mundo democrático liberal, sendo o aprofundamento das desigualdades nessas sociedades o principal resultado socioeconômico destes primeiros anos do século XXI, “uma grande parcela da classe média [...] não consegue sair do lugar” (MOUNK, 2019, p.55). O autor apresenta algumas motivações:

Os motivos para esses desdobramentos são muitos. Temos a globalização. Temos a automação. Temos a mudança da manufatura para os serviços. Temos o crescimento da economia digital, que possibilita imensas economias de escala, canalizando vastas fortunas para poucas empresas e seus trabalhadores mais especializados, ao mesmo tempo oferecendo pouca coisa para todos os demais. Nenhuma dessas mudanças está fora da alçada da política. (MOUNK, 2019, p.55)

Manuel Castells (2018) busca, através desses elementos econômicos, culturais e tecnológicos, compreender as raízes da ira. Segundo o autor, a crise de representação se une à uma crise identitária e econômica, juntas produziram discursos nacionalistas, acompanhados de xenofobia e intolerância, que no contexto da representação política, se inserem no sistema e acabam deturpando os ideais mínimos da democracia, como expresso no trecho a seguir:

Foi assim que a crise de legitimidade democrática foi gerando um discurso do medo e uma prática política que propõe voltar ao início. Voltar ao Estado como centro da decisão, acima das oligarquias econômicas e das redes globais. Voltar à nação como comunidade cultural da qual são excluídos os que não compartilham valores definidos como originários. Voltar à raça, como fronteira aparente do direito ancestral da etnia majoritária. Voltar, também, à família patriarcal, como instituição primeira de proteção cotidiana diante de um mundo em caos. Voltar a Deus como fundamento. E, nesse processo, reconstruir as instituições de coexistência em torno desses pilares herdados da história e agora ameaçados pela transformação multidimensional de uma economia global, uma sociedade de redes, uma cultura de mestiçagem e uma política burocracias partidárias. [...] A nova legitimidade funciona por oposição. (CASTELLS, 2018, p.37)

Dentro desse contexto de crise podemos identificar movimentos que buscam, de certa maneira, questionar o *status quo* que produz a falta de representação das instituições democráticas. Com a discussão sobre a participação política permeando o sistema democrático desde sua associação com o Estado liberal, na contemporaneidade esses movimentos tomam nova forma, adaptada as ferramentas disponíveis no tempo e espaço que se inserem, transformando tanto sua atuação quanto suas demandas.

1.2 A SOLUÇÃO É PARTICIPAR?

Desde os filósofos do contrato social e nos fundamentos das primeiras constituições, a ideia da vontade soberana do povo aparecia em contraposição à vontade do soberano absoluto. O sistema representativo, como visto anteriormente, surgiu como a forma mais eficaz de coordenar a soberania popular e a gestão da coisa pública. Sendo assim, a esfera civil é a instância que legitima a própria democracia que, segundo Gomes (2011, p.5), “quando a representação dela se afasta, não importando qual seja a razão para tanto, empobrece e define a democracia e a cidadania.”

Na perspectiva dos autores adeptos da teoria elitista, a participação política é desconsiderada como fator de estabilização do sistema democrático. Ao analisar o

comportamento político, Seymour Lipset (1981 *apud* Marques, 2008), levantou a tese de que a abstenção eleitoral e desinteresse político é um efeito da estabilidade do sistema, da redução dos conflitos sociais e ideológicos e o maior compartilhamento de valores. Marques (2008, p.148) chama atenção para a observação de Lipset, de que “não haveria razões de maior importância para os cidadãos estarem mobilizados, sendo a apatia um fenômeno natural”.

Autores de inspiração liberal tendem a adotar concepções procedimentalistas, como a de Bobbio (2000) citada anteriormente, que consideram a participação um fator inerente à democracia, e dentro dos procedimentos democráticos elencados a esfera pública cabe o voto regular e universal. Para o autor, a participação política é tudo aquilo que insere o indivíduo dentro do jogo político, independente se é um espaço de decisão ou não, considerando participação política, entre outras atividades, o apoio a um determinado candidato ou a participação em um comício (BOBBIO, 2000).

No entanto, existem autores que enxergam os motivos da crise de representação nessa apatia generalizada defendida pela corrente elitista. O sistema perde a adesão popular quando o desinteresse dos cidadãos pela coisa pública, a privatização das relações sociais e, sobretudo, das estatais, levam “a uma crise da política, induzida pela corrosão da estrutura social e da cultura pelas relações mercantis sem contrapeso da ação até um certo momento reguladora do Estado” (SADER, 2002, p.653).

Uma solução proposta, pelo modelo de democracia direta, é retomar ao cidadão exercício regular da soberania popular, como nas Polis gregas (ZIMMERMAN, 1986 *apud* MARQUES, 2018). No entanto, apesar de terem cunhado o termo democracia, o regime ateniense não se aproximava da ideia de democracia direta pois havia mecanismos de representação, além da limitação operacional de um sistema com tal característica (MARQUES, 2008). Diante da apatia política, os teóricos que defendem um modelo de democracia participativa, desenvolvem a ideia que, ao aproximar as questões políticas do dia a dia dos cidadãos, estes perceberiam que o assunto que ele nutre interesse e que afeta diretamente a vida dele, pode ser modificado diante do engajamento na formulação de políticas públicas (MARQUES, 2008).

Carole Pateman (1992), citando Rousseau, Mill e Cole, diz que evidências demonstram a redução, pelo indivíduo, de tendências para atitudes antidemocráticas a partir da experiência em uma estrutura de participação política, refutando a tese dos elitistas. Para a autora, se os cidadãos tivessem formação política prévia para lidar com a arena política, “sua participação

não representaria perigo algum para a estabilidade do sistema” (PATEMAN, 1992, p. 139). A participação seria, na verdade, uma possível ferramenta para aproximar os cidadãos da formulação de políticas públicas e, assim, reconectá-los ao sistema político a partir da experiência ativa em participar do processo decisório, onde os indivíduos poderão esperar ter controle real da vida e do ambiente em que habitam (PATEMAN, 1992).

Ao falar sobre o pensamento de Benjamin Barber, Marques (2008) observa um otimismo quando o autor fala sobre os efeitos da participação na educação cívica. Para o autor, a apatia é resultado da falta de espaço na tomada de decisão, não o contrário (2004 *apud* Marques, 2008). Sendo assim, ao ampliar a cultura da participação política, promoveria um sentimento cooperativo na sociedade, com o desenvolvimento de habilidades políticas dos cidadãos em detrimento do conflito de interesses particulares (MARQUES, 2008). Portanto, diante da crise de legitimidade política que o modelo liberal de democracia apresenta, os participacionistas defendem que ela seria solucionada com a mudança na cultura democrática da sociedade, de apáticos representados para ativos participantes:

[...] a questão central da democracia é a decisão política, e o seu problema principal consiste em como incrementar os níveis de participação civil na decisão concernente aos negócios públicos. Este tipo de compreensão é mais comum nas discussões sobre internet e participação popular em parte da literatura sobre democracia deliberativa. A questão aqui não é apenas do debate público, mas de como tornar o sistema e a cultura política liberais mais porosos à esfera civil a ponto de possibilitar a sua interferência na produção da decisão política (GOMES, 2005, p. 217)

Ainda nesse sentido, Robert Putnam (2006), ao tratar sobre as comunidades cívicas italianas, observa que a participação nos negócios públicos é característica primeira da cidadania. Aliada às associações civis e políticas, “contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos internos sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos externos sobre a sociedade” (PUTNAM, 2006, p.103).

Os argumentos dos participacionistas ganham forças com o surgimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no fim do século XX que, segundo Marques (2008), faz eclodir expectativas quanto ao uso dessas ferramentas para a participação política, com a promessa de reduzir distâncias e custos. Portanto, é relevante conhecer o caminho histórico da internet e quando o desenvolvimento das redes de computadores se alia às ideias participacionistas, como será analisado no tópico a seguir.

1.3 A INTERNET E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O avanço tecnológico das ferramentas de comunicação sempre traz consigo impactos relevantes para a realidade sociopolítica do contexto em que as inovações surgem. Um caso emblemático e que ilustra de maneira histórica essa máxima é a prensa móvel de Johannes Gutenberg. Era meado do século XV, a Idade Média estava chegando ao fim e com ela as rudimentares técnica de reprodução manual, que restringia o acesso à informação escrita à uma elite seleta, colaborando com a imposição de uma ortodoxia política e religiosa (MOUNK, 2019; BRIGGS e BURKE, 2006). A prensa móvel possibilitou a reprodução em larga escala e com baixo custo, essa técnica esteve presente em todas as revoluções que introduziram o mundo na modernidade. Seguiram-se o telégrafo, o rádio, a televisão, etc.

Desde então já depositava-se muitas expectativas positivas na ampliação do acesso à informação, como aponta Briggs e Burke (2006), fazendo referência a fala de Samuel Hartlib em 1641: "a arte da impressão disseminará tanto conhecimento que as pessoas comuns, sabedoras de seus direitos e liberdades, não serão governadas de forma opressora" (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 26). Entretanto, os autores lembram que a mídia é, essencialmente, um sistema que se encontra em contínua mudança, "no qual elementos diversos desempenham papéis de maior ou menor destaque" (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 15). Por tanto, a mídia depende de uma série de questões que envolvem a política, a economia e a tecnologia, para determinar qual elemento, de fato, interfere no comportamento social.

Ao tratar das mídias tradicionais, Marques (2008) observa que, mesmo sendo ferramentas importantes para disseminação de informações e de aglutinação dos cidadãos em torno das pautas relevantes para a opinião pública, são escassos os autores que identificam a operação dessas plataformas de comunicação enquanto canais de participação política, devido à uma limitação eminentemente técnica. Segundo o autor:

As principais referências a lidarem com a interface entre comunicação de massa e participação percebem os *mass media* como limitados do ponto de vista técnico na medida em que eles não permitem que se fuja de uma lógica unidirecional, reproduzindo-se, assim, dois males: um padrão marcado por conteúdos elaborados por um número restrito de emissores e endereçados a amplas audiências (impedindo-se que os cidadãos participem da formulação de visões de mundo); a carência de dispositivos com traços mais profundos de interatividade, o que reverbera de maneira fundamental no perfil da participação política. (MARQUES, 2008, p. 216)

Em um momento histórico não tão distante, em que a internet era uma plataforma pouco acessível e com pouca utilização no dia a dia da sociedade, prevaleciam as mídias tradicionais — televisão, radiodifusão e mídias impressas. Nesse contexto, Marques (2008), ao analisar a

obra de Pierre Lèvy, diz que mesmo com a capacidade de difusão de informações que essas mídias desenvolveram, elas “não permitem que se aponte para a possibilidade de uma construção coletiva de sentido por parte dos cidadãos” (MARQUES, 2008, p. 217).

As mídias tradicionais, no entanto, têm por característica produtores de conteúdo com formação profissional, alta capacidade técnica e que são facilmente identificados — e, portanto, responsabilizados — e os consumidores, que estão na ponta recebendo as informações, numa relação de único sentido. As mídias existentes no ciberespaço, no entanto, se diferem das tradicionais pois a internet reduziu a distância entre o produtor e consumidor, removeu as barreiras técnicas e burocráticas, sendo assim “não dá mais para separar quem produz de quem consome” (CERVI, 2012, p.25).

O surgimento das máquinas de processamento, embriões dos computadores que existem atualmente, são datados da primeira metade do século XX. Segundo Briggs e Burke (2006), o contexto bélico desse período foi motivador de diversas inovações no campo das comunicações: “[...] o estímulo era a guerra, e não o lucro, ainda que pudesse haver lucros” (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 273). Com intenso financiamento governamental, cientistas brilhantes trabalhavam para criar máquinas que pudessem colaborar com o campo de batalha, entre eles estava Alan Turing (1912-1954), que trabalhava para o governo britânico durante a segunda guerra mundial e foi responsável pela criação de um modelo teórico chamado “máquina universal” ou “máquina de Turing”, definindo a capacidade que um dispositivo de cálculos mecânicos tem de realizar um algoritmo, um conjunto finito de instruções simples e precisas.

Para Briggs e Burke (2006), com o advento do circuito integrado — uma pequena placa feita de silício era a base para o funcionamento de vários circuitos elétricos miniaturizados — possibilitou a criação de computadores menores e mais potentes: “um chip de silício de um sexto por um oitavo de polegada, contendo 2.250 transistores miniaturizados, tinha agora a mesma potência do Eniac, que ocupava uma sala inteira” (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 275).

Os computadores, reduzindo de tamanho, deixam de ser de uso exclusivo em ambientes científicos, governamentais e industriais e entram nas casas dos cidadãos comuns, iniciando uma era computadores pessoais, criando uma dinâmica de disputa pelo mercado que se apresentava. Briggs e Burke (2006) cita o impulso empresarial como fator *sine qua non* para a velocidade de desenvolvimento dos sistemas de comunicação de dados. Para os autores, o

“maior avanço tecnológico foi a introdução do computador pessoal” (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 280).

Na esteira desse impulso econômico, do fim dos anos 1970 e início da década seguinte, surgiram grandes empresas que ainda hoje estão presentes no mercado tecnológico, como a Microsoft, Apple, Adobe Inc., Oracle etc. A demanda por sistemas operacionais mais requintados, conhecidos por softwares, fomentaram uma região específica do estado da Califórnia, nos EUA. O Vale do Silício é reconhecido por aliar, segundo Berlin (2015), três forças históricas que possibilitaram o ambiente propício para as inovações que surgiram de lá: técnica, cultural e financeira.

É possível perceber que, desde o princípio, as questões políticas movem a roda do desenvolvimento de tecnologias ligadas à computação, mídia e comunicação. Inserido no contexto da Guerra Fria, a infraestrutura necessária para a constituição de uma rede mundial de computadores foi feita, quase em sua totalidade, com recursos públicos. Segundo Castells (2003), sem o interesse governamental, a internet poderia não ter acontecido:

Em suma, todos os desenvolvimentos tecnológicos decisivos que levaram à Internet tiveram lugar em torno de instituições governamentais e importantes universidades e centros de pesquisa. A Internet não teve origem no mundo dos negócios. Era uma tecnologia ousada demais, um projeto caro demais e uma iniciativa arriscada demais para ser assumida por organizações voltadas para o lucro. Isso foi particularmente verdadeiro na década de 1960, numa época em que as grandes corporações eram bastante conservadoras em suas estratégias industriais e financeiras, e não se dispunham a arriscar capital e pessoal em tecnologias visionárias. (CASTELLS, 2003, p.27)

O lançamento do Sputnik pela União Soviética em 1957, deu o tom de quem estava à frente na corrida tecnológica naquele momento (BRIGGS e BURKE, 2006). A resposta dos EUA foi a criação da *Advanced Research Projects Agency* (ARPA), para mobilizar os institutos de pesquisas e universidades buscando alcançar a superioridade tecnológica que a União Soviética tinha provado em 1957 (BRIGGS e BURKE, 2006; CASTELLS, 2003). Além disso, propôs ao mundo capitalista a construção de um organismo internacional, a Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite, viabilizando um esforço internacional para ampliar a infraestrutura de comunicação via satélites geoestacionários que, em 1975, reunia mais de 89 países, com necessidades de telecomunicações diversas (BRIGGS e BURKE, 2006).

No início dos anos 1990, os computadores pessoais já eram uma realidade nos países mais ricos. Briggs e Burke (2006) traz como exemplo a Grã-Bretanha, na dec. de 1980, onde “o computador pessoal poderia custar tão pouco quanto uma TV em cores barata” (BRIGGS e

BURKE, 2006, p. 280). Em 1993, uma ferramenta utilizada para conectar computadores em rede, criada pela ARPA e com financiamento do Departamento de Defesa dos EUA, fruto da corrida tecnológica da Guerra Fria, “até então dedicada à pesquisa acadêmica, se tornou a rede das redes, aberta a todos” (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 300). O mundo passou a conhecer e usar a Internet, termo que advém da conexão entre redes, ou uma rede de redes, que segundo Castells (2003), teve sua arquitetura básica delineada em 1973, por Robert Kahn, da ARPA, e Vint Cerf, então na Universidade Stanford.

Ainda em 1989, um pesquisador britânico chamado Tim Berners-Lee, pensou na possibilidade de acessar, de qualquer computador, arquivos que estivessem hospedados em qualquer lugar do mundo, essa foi a semente da *World Wide Web (WWW)* (BRIGGS e BURKE, 2006). O desenvolvimento da rede mundial de computadores, a *WWW*, foi fator decisivo para o alcance global da internet para Castells (2003).

O uso de redes de computadores pelos movimentos sociais, no entanto, já acontecia antes mesmo do surgimento da *WWW*. Devido ao uso dessas redes pelas universidades, ativistas distantes geograficamente já se conectavam via correio eletrônico no final dos anos 1980, segundo Haunss (2015), por meio da *Association for Progressive Communications*, a APC. Porém, segundo o autor, “esses primeiros usos de redes de computador entre os ativistas do movimento [APC] dificilmente foram notados pelos cientistas sociais, e dentro do movimento os ativistas que estavam usando as redes eram claramente uma pequena minoria (HAUNSS, 2015, p.14, *tradução nossa*)⁴.

O movimento dos zapatistas no México, segundo Haunss (2015), foi o primeiro movimento social organizado a utilizar a internet como meio para divulgar suas ações e pleitos e fomentou o debate sobre a possibilidade de ação política transnacional por meio da rede mundial de computadores. A atuação virtual dos movimentos sociais será tratada com maior profundidade nos tópicos seguintes, entretanto, é importante considerar que a luta popular dos zapatistas lançou um foco nas capacidades históricas de organização que a internet trouxe aos movimentos sociais, devido às “suas estruturas não hierárquicas, dispersas e globais” (HAUNSS, 2015, p.14, *tradução nossa*)⁵.

⁴ “[...] these early uses of computer networks among movement activists have hardly been noticed by social scientists, and within their movements those activists who were using the networks were clearly a small minority” (HAUNSS, 2015, p.14).

⁵ “[...] with its nonhierarchical, dispersed and global structure” (HAUNSS, 2015, p.14).

Sendo assim, Cervi (2012) indica que, diferente da atenção que era dada antes aos meios físicos de difusão das informações ou aos interesses dos produtores, com a internet o foco passa a ser nas “características dos atores/produtores de conteúdo político dos novos meios” (CERVI, 2012, p.25). Diante dessa mudança, Chauí (2018), observa que a internet apresenta-se para os usuários comuns da seguinte maneira:

[...] como um ambiente universal de informação e comunicação globalmente uniforme, como capaz de trazer proveitos cognitivos, sociais, artísticos e políticos e como instrumento de pesquisa de tal maneira que seu usuário pode instantaneamente se beneficiar com todos os serviços que a potência de seu dispositivo técnico é suscetível de lhe dar (CHAUÍ, 2018, p.10).

Além disso, a autora acrescenta que:

Na verdade, embora o uso das redes possa envolver usos técnicos diversos, nossa experiência reticular está circunscrita a um número restrito de programas aplicativos que permitem as múltiplas operações desejadas em um número limitados de gestos previstos e uniformes em todo o planeta, sem que tenhamos a menor ideia do que são e significam os protocolos informáticos que empregamos. De fato, “o objeto que cintila na tela” não é um texto ou uma imagem, mas um sistema aplicativo opaco do qual percebemos apenas a interface que utilizamos, sem jamais conhecer sua complexidade técnica, que permanece invisível sob a visibilidade contínua (CHAUÍ, 2018, p.11).

Assim sendo, a internet não é apenas essa ferramenta de comunicação digital que acelera e amplia os fluxos de informações por todo o mundo, há muito a revelar-se. Segundo Lèvy (2005, p.17), o ciberespaço é um “universo oceânico de informações” do qual os seres humanos “navegam e alimentam esse universo”, dessa forma, a internet é a reprodução do ambiente social factual, principalmente a partir da disseminação da banda larga, da sofisticação e barateamento dos novos softwares e hardwares. sendo, então, os responsáveis pelo aumento do número de pessoas com acesso à rede, “abrindo ainda mais o mercado da informação e do conhecimento” (LÈVY, 2005, p.44).

Percebe-se, no entanto, que a imagem de horizontalidade que a internet fornece, por suas características universalistas, contrapõe-se às suas origens numa “infraestrutura econômica que ela mantém invisível” (CHAUÍ, 2018, p.10). Chauí (2018) complementa, afirmando que essa infraestrutura oculta garante que ela possa ser utilizada como uma estratégia econômica e política que, de forma velada, reproduz no ciberespaço as dinâmicas próprias de dominação do sistema capitalista. Essa dominação, a partir do uso comercial das plataformas virtuais, é reproduzida através da captação de dados, dos algoritmos, da dependência que se cria dos dispositivos técnicos, questões que serão tratadas no decorrer deste trabalho.

Na perspectiva da participação política, há um debate sobre os efeitos observáveis por meios virtuais, mapeado por Marques (2008). O autor parte do pressuposto que existe uma

forma de atuar distinta entre as novas mídias — virtuais — e as mídias de massa — as tradicionais e, portanto, gera-se novas expectativas para a desenvolvimento de práticas democráticas. Wilson Gomes (2005) também reforça essa ideia a partir da observação da estrutura da internet frente aos dilemas antigos que cercam à democracia:

todas as restrições apresentadas na literatura especializada sobre as poucas convicções democráticas e a baixa qualidade civil ou republicana da comunicação industrial de massa, somadas à aura não-elitista, não-governamental, não-corporativa da internet, foram razão suficiente para assegurar a esta última um lugar particular na discussão sobre democracia e participação popular (GOMES, 2005, p. 216).

A participação política para os autores mais otimistas, segundo Marques (2008), poderia receber doses de incentivo ampliando o contato entre representantes e representados, traçando novas formas de coletar contribuições da esfera civil, utilizando “salas de bate-papo, fóruns, pesquisas de opinião e demais mecanismos de consulta pública no ambiente digital de comunicação” (MARQUES, 2008, p.228). Sebastian Haunss (2015), classifica-os de ciber-otimistas, pois defendem que as novas tecnologias, para além de facilitar a participação, mas possibilitaria de acontecer.

Contudo, uma corrente mais pessimista discorda desse efeito positivo diante dos dilemas enfrentados pelos sistemas democráticos, Haunss (2015), os chama de ciber-pessimistas. Marques (2008) elenca os principais argumentos nessa direção:

Dentre os principais problemas indicados estão as desigualdades no acesso às tecnologias, a qualidade duvidosa da informação política tornada disponível aos usuários, o crescente teor comercial que a rede vem adquirindo, a manutenção do domínio de grandes grupos midiáticos em relação à produção de conteúdos e as ameaças às liberdades e à privacidade dos cidadãos (MARQUES, 2008, p.228)

Diante dos argumentos mapeados, Marques (2008) levanta três hipóteses sobre o efeito da internet sobre a participação, são elas: mobilização, reforço e normalização. A primeira hipótese alega que, a aquisição de informações a custo mais baixo e a ampliação do acesso à equipamentos com acesso à Internet possibilitaria o surgimento de novas oportunidades de participação. Segundo Marques (2008), o uso de mídias digitais no jogo político disponibiliza ferramentas que favorecem o engajamento dos cidadãos através de instrumentos reais de participação civil.

Cervi (2012) parece concordar com a hipótese da mobilização ao observar que aquilo que se faz no ciberespaço reflete, de forma mais fiel que antigamente, os comportamentos, demandas e preferências do cidadão comum que engaja no debate político: “[antes] as estruturas

institucionais impunham limites muito mais demarcados do que se vê no início do século XIX” (CERVI, 2012, p.25).

A hipótese seguinte, do reforço, baseia-se na ideia de que, sem desprezar as inovações trazidas pelas mídias digitais, elas continuarão reproduzindo as estruturas de poder já sedimentadas no jogo político (MARQUES, 2008). Krueger (2002 apud Marques, 2008), um dos autores que defendem essa hipótese, defende que fatores sociais, de cultura cívica, educação e econômicos determinam um maior ou menor engajamento no jogo político. Marques (2008) afirma que, na perspectiva desses autores, o sistema político tem capacidade de adaptar-se com facilidade a novos recursos, com o objetivo de preservar o *status quo*.

A hipótese de normalização traz elementos das duas hipóteses anteriores para construir sua versão sobre os efeitos da internet na participação política (MARQUES, 2008). Para aqueles que defendem essa hipótese, acertam os estudiosos da mobilização quando observam a projeção, no curto prazo, de novos atores ganhando visibilidade política ao utilizar as mídias digitais (MARQUES, 2008). Entretanto, segundo Marques (2008), a médio e longo prazo, a hipótese do reforço ganha mais força à “medida em que não são vistas grandes modificações para o cenário político auferidas pelo emprego da Internet” (MARQUES, 2008, p.231).

Wilson Gomes (2011), ao tratar sobre a participação por meio virtual, considera o desejo de participar um fator tão importante para o engajamento quanto os meios que essa participação vai acontecer, os motivos e oportunidades. Segundo o autor:

Se, quando assim deseja, o cidadão puder encontrar ou criar canais adequados de participação, estará, então, assegurado o princípio segundo o qual numa sociedade democrática saudável, todo concernido deve poder participar, embora nem todos concernidos sejam sempre e efetivamente participantes. O cidadão que usa intensamente tecnologias de conexão digital pode estar em estado de latência no que tange à participação e ao engajamento. (GOMES, 2011, p. 39)

Sendo a internet uma ferramenta em constante evolução tecnocientífica, novos mecanismos derivados de suas estruturas surgem e passam a compor o espaço público. Com as redes sociais virtuais, para além de dispositivos físicos possíveis de serem comercializados, foi possível estabelecer uma dinâmica de grupo social, que estabelece conexões entre diversos atores (RECUERO, 2009). Em resumo, a internet é, no mundo contemporâneo, ferramenta indispensável para comunicação e, portanto, para a atuação política. A comunicação digital é parte importante das formas de organização e mobilização (ALCÂNTARA, 2015).

*“A gente não quer só dinheiro
A gente quer inteiro e não pela metade
[...]
A gente não quer só comida
A gente quer saída para qualquer parte”*

Titãs

2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O CIBERATIVISMO

Como será demonstrado ao longo deste capítulo, a mobilização popular no século XXI, em diversos momentos, esteve intimamente ligada ao ciberespaço e as novas tecnologias de comunicação. Através das conexões virtuais, os ideais partilhados pelos membros das redes se disseminam para além do espaço físico. Castells (2013) apresenta características desses movimentos que, embora se iniciem pelas redes sociais virtuais, só se tornam um movimento de fato ao ocupar o espaço urbano, seja através de ocupação de praças, prédio públicos ou por manifestações de rua. Essa característica híbrida, virtual e real, possibilitou o efeito de onda de protestos por todo o mundo, como aponta Castells:

Os movimentos são simultaneamente locais e globais. Começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar às redes da internet. Mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro, aprendem com outras experiências e, de fato, muitas vezes são estimulados por essas experiências a se envolver em sua própria mobilização. (CASTELLS, 2013, p.130)

Para compreender o uso da internet como plataforma de ativismo político, é necessário identificar quais fatores, sejam eles técnicos, sociais ou políticos, propiciaram esse uso. No tópico que segue será abordado o ativismo virtual, ou ciberativismo, e seus efeitos na mobilização popular. Posteriormente, alguns exemplos de movimentos sociais que materializam, de fato, essa relação entre o ciberativismo e as manifestações que ocuparam o espaço público em diversas partes do mundo na segunda década do século XXI.

2.1 CIBERATIVISMO E A MOBILIZAÇÃO POPULAR;

A origem da internet, como demonstrado no capítulo anterior, possibilitou a emergência de redes globais de ativistas, ligados pelas mais diversas pautas sociais. Mesmo diante da evidente motivação militar e tecnológica em sua gênese, o uso da internet como arena de mobilização política não pode ser desprezado, pelo contrário. Segundo Castells (2003), “a internet nasceu da improvável intersecção da *big science*, da pesquisa militar e da cultura libertária” (CASTELLS, 2003, p.23). Cultura libertária esta que incentivou o uso sociopolítico da internet, principalmente nas primeiras redes virtuais, concebidas nas universidades e centros de pesquisa norte-americanos, locais onde a intersecção, que gerou a internet, acontecia (CASTELLS, 2003).

Ademais, a força propulsora do avanço tecnológico dos dispositivos da informática ganhou um apelo comercial que trouxe para a ciência da computação a lógica do capitalismo,

em plena expansão global. Para Lévy (2005), o interesse do capitalismo e do mercado levaria a uma conversão das comunicações ao virtual, impulsionando a formação de um espaço comunicativo com características próprias, mais livre e aberto, e que está sempre em expansão, produzindo mais conhecimentos.

O espaço do qual Lévy (2005) se refere é o ciberespaço, lugar onde se dá as interações sociais, através de variados tipos de contato social. Castells (1999) não utiliza o termo ciberativismo mas, em seu livro “A Sociedade em rede”, ele conceitua os contatos virtuais como um “espaço de fluxos, imagens, sons e sociabilidade” onde se expressa, através de fluxos, a organização das práticas sociais de tempo compartilhado (CASTELLS, 1999).

A imensidão dos contatos sociais virtuais, formando o ciberespaço, faz referência, para Castells (2013, p.143), a ágora grega, onde “a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques”. Por conseguinte, uma geração mais recente de ativistas tem descoberto novas vias de mudança social, a partir da autonomia de comunicação e organização que, utilizando das características do ciberespaço, excedem “o alcance dos métodos usuais de controle empresarial e político” (CASTELLS, 2013, p.20). A autonomia, presente nesse espaço de fluxos de informação possibilitou a disseminação de vídeos, imagens e canções que, segundo Castells (2013), “incitaram a fúria e proporcionaram esperança” (p.24) e, portanto, foi fator primordial para a mobilização de vultosas massas de pessoas em grandes manifestações.

Sendo assim, o ativismo político no meio virtual, ou ciberativismo, é parte inerente à existência da internet e sua cultura (LÉVY, 2005). O ciberativismo pode ser conceituado, segundo Silveira (2010), como um conjunto de práticas que buscam defender causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais praticada num ambiente virtual, de redes cibernéticas. O autor ressalta que o ativismo digital foi importante para definir o atual modelo da internet, tendo por base a autonomia:

O ciberativismo se confunde com a própria expansão da rede mundial de computadores. Ele influenciou decisivamente grande parte da dinâmica e das definições sobre os principais protocolos de comunicação utilizados na conformação da Internet. (SILVEIRA, 2010, p.31)

O ciberativismo apresenta-se, em vista disso, como um novo modo de ação política, utilizando-se de suportes cibernéticos para ampliar a cobertura e enfoque por intermédio de uma mídia de grande alcance, “é o ativismo contemporâneo praticado em rede, através da internet” (STRESSER, 2010, p. 2). No entanto, Castells (2013, p. 66) observa que, apesar das novas tecnologias da informação não determinarem o comportamento social, elas, como redes,

não podem ser encaradas como meras ferramentas, mas sim como “formas organizacionais, expressões culturais e plataformas específicas para a autonomia política”.

Portanto, o ciberativismo é parte integrante dos processos de mobilização popular vistos no século XXI. Como afirma Castells (2013), devido às possibilidades globais de atuação dos ativistas no ciberespaço, essas são utilizadas para mobilizar e congregar ideais, atores e informações, fortalecendo os movimentos sociais também em sua dimensão emocional.

Mas movimentos sociais não nascem apenas da pobreza ou do desespero político. Exigem uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça gritante provoca, assim como pela esperança de uma possível mudança em função de exemplos de revoltas exitosas em outras partes do mundo, cada qual inspirando a seguinte por meio de imagens e mensagens em rede pela internet (CASTELLS, 2013, p.128).

Sendo assim, os autores que analisam a intercessão entre os movimentos sociais e as mídias digitais, segundo Alcântara (2015), destacam três características observáveis nos movimentos mais atuais e que serão abordadas nos próximos tópicos, são elas: “a difusão transnacional dos movimentos sociais, as mídias ativistas e a esfera pública interconectada” (p.88).

2.2 DO VIRTUAL PARA O REAL: A ONDA DE CONTESTAÇÃO POLÍTICA PELO MUNDO

A primeira década do terceiro milênio terminava marcada por uma das maiores crises econômicas da história. Agravada com a quebra do banco Lehman Brothers nos EUA em 2008⁶, a crise financeira se espalhou rapidamente pelo mundo, solapando grandes economias, pautando os noticiários e gerando reflexos sociais por diversos países. Além da crise financeira, a crise de representação política é um ponto em comum das sociedades que foram atingidas pela onda de revolta popular. Para Castells (2013, p.35) “a crise de legitimidade política associou-se à crise do capitalismo especulativo”.

O avanço tecnológico, como demonstrado no capítulo anterior, possibilitou novas arenas de discussão *online*, para além dos tradicionais espaços *offline*. As redes sociais virtuais conectaram, a partir da estrutura desterritorializada do ciberespaço, os indignados espalhados pelo mundo, mesmo vivendo em contextos completamente distintos. A convergência se dava

⁶ “Os primeiros reflexos ocorreram na Europa e nos EUA em meados de 2007, mas, a situação se agravou no segundo semestre de 2008, quando da falência do Lehman Brothers em 15 de setembro daquele ano, desempregando mais de 26 mil pessoas e provocando uma queda de mais de 500 pontos no Índice Dow Jones, a maior queda em um único dia, desde a depressão de 1929, que culminou na crise sistêmica se alastrando para Alemanha, França e Espanha” (ALVES, 2018, p.33)

pelo sentimento de não representação pelo sistema político vigente, seja ele qual for. Castells (2013) reforça essa visão:

Qual seria o fio comum que unia, na mente das pessoas, suas experiências de revolta, a despeito de contextos amplamente diversos em termos culturais, econômicos e institucionais? Em resumo, era a sensação de empoderamento. Ela nasceu do desprezo por seus governos e pela classe política, fossem eles ditatoriais ou, em sua visão, pseudodemocráticos. Foi estimulada pela indignação provocada pela cumplicidade percebida entre as elites financeira e política. Foi desencadeada pela sublevação emocional resultante de algum evento insuportável. E tornou-se possível pela superação do medo, mediante a proximidade construída nas redes do ciberespaço e nas comunidades do espaço urbano. (CASTELLS, 2013 p.19)

O ciberativismo, portanto, é o elo entre os diversos movimentos de contestação política que se espalharam pelo mundo durante a primeira metade da década de 2010 e ocuparam espaços públicos, do Oriente ao Ocidente, com seus protestos, como será possível conferir nas imagens que ilustram os subtópicos abaixo, as mobilizações saindo do espaço virtual para ocupar o espaço real. Apesar das diferenças de contexto e motivações, para Alcântara (2015), esses movimentos apresentam três aspectos em comum:

[...] uma estrutura comum de rede e encontros que facilita a difusão; uma geração formada por um mesmo contexto de precarização do trabalho e de exposição (e participação) a um fluxo de informação global; e, uma articulação compartilhada de demandas e práticas. Além disto, os autores argumentam que três noções balizam as reivindicações e a identidade destes movimentos: a democracia, a justiça social e a dignidade (ALCÂNTARA, 2015, p.86).

No mundo árabe sunita, considerado ponto de partida para as manifestações pelo mundo, havia uma maior homogeneidade de sistemas políticos. Os países dessas regiões, norte da África e Oriente Médio, viviam sob governos autocráticos, não liberais, com histórico de escândalos de corrupção, além da adoção de princípios econômicos neoliberais, que aprofundaram as desigualdades locais (VIEIRA, 2013). George Joffé (2011) aponta ainda que a recusa dos governos em tolerar a participação popular ativa, funcionaria como impulsionador das crises que surgirem. A Primavera Árabe, que será detalhada a seguir, é um bom exemplo de como as redes sociais estabelecem conexões reais e a capacidade do ciberativismo em proporcionar condições para mudanças estruturais no sistema.

2.2.1 *Primavera Árabe*

Apesar de seu marco inicial ter acontecido no inverno do hemisfério norte, em dezembro de 2010 na Tunísia, o nome Primavera Árabe faz referência a outro evento histórico acontecido quarenta e dois anos antes, em 1968, a Primavera de Praga (FERRABOLLI, 2012). A alusão à

um evento revolucionário, reformista e de liberalização política já aponta as expectativas depositadas na onda de protestos que foi a Primavera Árabe em sua gênese.

Os movimentos que fervilhavam no mundo árabe deram início a uma onda de levantes que mudaram profundamente o cenário político da região e inspiraram outros pelo mundo, marcando a segunda década do séc. XXI. Regimes autocráticos com mais de trinta anos foram colocados em xeque pela própria população. Alguns desses regimes, segundo George Joffé (2011), tinham passado por um processo de liberalização parcial, transformando-as em autocracias liberalizadas, resultado da pressão externa de potências ocidentais com sua agenda democratizante:

Já tinham sido encorajadas a fazê-lo por pressão indireta de potências externas para iniciar a liberalização como um passo precursor para a criação de regimes democráticos, mas as autocracias compreenderam que a liberalização parcial também poderia servir para assegurar a sua sobrevivência (JOFFÉ, 2011, p.99).

Essa liberalização parcial, no entanto, possibilitou o surgimento de movimentos sociais em países como a Argélia, a Tunísia, o Marrocos e o Egito. Tais movimentos, autônomos, ficaram conhecidos por superar o aparato repressivo desses Estados e, sendo assim, dedicar-se às preocupações sociais e políticas (JOFFE, 2011). Além desses, países com o regime mais repressivo e autoritário tiveram sua legitimidade posto à prova, como a Líbia, a Síria e o Iêmen, nesses três, movimentos que começaram de forma pacífica, foram reprimidos com extrema violência pelos Estados, levando-os à guerras civis (CASTELLS, 2013) ainda sem solução.

Apesar de ser possível identificar diversos pontos em comum entre os países, as realidades e motivações são diferentes em cada sociedade. Na Tunísia, diante do contexto de crise econômica, uma escalada súbita dos preços dos alimentos iniciou uma série de atos demonstrando insatisfação com o comportamento repressivo do Estado e com o sistema político vigente (JOFFE, 2011), os primeiros sinais de forte mobilização popular começaram a aparecer. Para Joffé (2011), a sociedade tunisiana detém forte tradição constitucional, advinda do processo de independência, capturada pelo regime, que sentia-se obrigado a manter um pluralismo político limitado:

Na Tunísia, a família Ben Ali defraudou a economia e reprimiu todas as tentativas autônomas de expressão política fora dos limites que ela própria definira, enquanto tentava manipular o movimento sindicalista independente, os ativistas dos direitos humanos e os jornalistas e advogados dissidentes. E não foi mais longe por causa da tradição constitucional da vida política tunisina, que só poderia ser posta em causa correndo sérios riscos (JOFFÉ, 2011, p.94).

Entretanto, autores que estudam a Primavera Árabe citam como o marco inicial da revolta na Tunísia o suicídio de Mohamed Bouazizi, jovem de 26 anos, graduado e que, sem

emprego, virou feirante de uma pequena cidade do interior do país (CASTELLS, 2013; JOFFÉ, 2011; VIEIRA, 2013; FERABOLLI, 2012). Indignado com as condições de trabalho que o governo impunha e a ação truculenta dos policiais com sua banca de frutas, Bouazizi ateou fogo no próprio corpo em frente à um prédio governamental. A cena foi gravada e, utilizando as redes sociais, percorreu o país rapidamente, gerando uma onda de manifestações. Para Castells (2013):

A difusão em vídeo dos protestos e da violência policial pela internet foi acompanhada de convocação à ação nas ruas e praças das cidades de todo o país, começando nas províncias centro-ocidentais e depois atingindo a própria Túnis. A conexão entre comunicação livre pelo Facebook, YouTube e Twitter e a ocupação do espaço urbano criou um híbrido espaço público de liberdade que se tornou uma das principais características da rebelião tunisiana, renunciando os movimentos que surgiriam em outros países. (CASTELLS, 2013, p.21)

Os efeitos políticos dessas manifestações foram rapidamente sentidos pelo governo de Zine el-Abdine Ben Ali, já fragilizado por denúncias de corrupção que envolviam a família do ditador, a economia afundada e a violência histórica do regime, que alimentavam o descontentamento popular (JOFFÉ, 2011). Somente dez dias se passaram até que o presidente renunciou e fugiu do país, rumo à Arábia Saudita. Os manifestantes, segundo Castells (2013), não ficaram satisfeitos e exigiam liberdade política, de imprensa, eleições democráticas e o afastamento do establishment do antigo regime. Os acontecimentos que seguiram, solaparam as estruturas do partido majoritário que foi dissolvido e pôs fim, de fato, ao regime que tinha estado no poder desde 1956, atingindo o objetivo fundamental da revolução tunisiana (JOFFÉ, 2011).

Figura 1 - Tunisianos protestam pelo do regime do ex-presidente Ben Ali, Túnis.

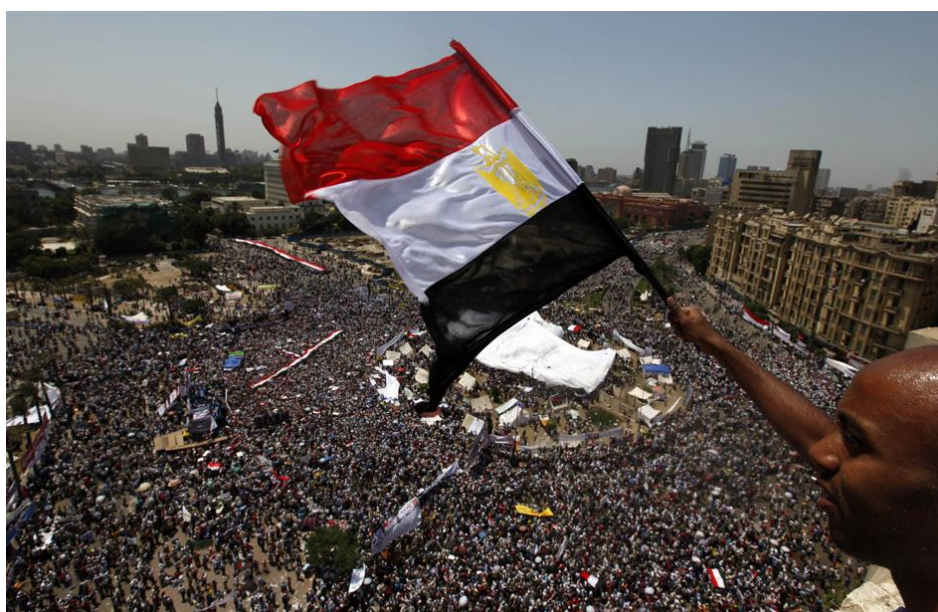


Fonte: (BENSEMRA, 2011)

É importante ressaltar que, diante do sucesso instantâneo, a revolução vivida pela Tunísia serviu de inspiração para outros países da região (CASTELLS, 2013), principalmente para aqueles que compartilhavam dos mesmos anseios e angústias do povo tunisiano, para Joffé (2011, p.105), às manifestações “parecem ter funcionado como um agente catalítico”. Vizinhos, o Egito seguiu essa trajetória de manifestações já nos primeiros dias de 2011, acontecendo o primeiro grande ato no dia 25 de janeiro, ocupando a praça *Tahir* (da libertação), centro da cidade do Cairo. O estopim foi a indignação popular com o aumento do preço dos alimentos, que provocou o suicídio, similar ao de Bouazizi, de seis egípcios e uma grande mobilização via *Facebook* (CASTELLS, 2013). Economicamente, o Egito vinha de um período de liberalização econômica, privatizações de estatais e ampliação dos investimentos externos e internos que, porém, não melhoraram as condições de vida do povo egípcio (JOFFÉ, 2011).

O perfil dos manifestantes egípcios, segundo Castells (2013, p.47), era muito similar ao tunisiano, jovens, estudantes universitários ou graduados, sofrendo com altos índices de desemprego e segmentos mais pobres de moradores urbanos, “desesperados com a alta dos preços dos produtos alimentícios”. Para Amaral, Fiedler e Medina (2019, p.318), a revolução no Egito foi, no contexto da Primavera Árabe, uma das mais jovens e rápidas: “após dezoito dias de forte desobediência civil por parte dos manifestantes, que resistiram fortemente à repressão do aparato de força estatal, o ditador Hosni Mubarak assinou a renúncia”.

Figura 2 - Manifestantes ocupam a praça Tahrir, Cairo, Egito.



Fonte: (EL-GHANY, 2011)

Diferente da Tunísia, o desenrolar no Egito foi menos satisfatório, do ponto de vista das reivindicações dos protestos. No primeiro, após a saída do ditador Ben Ali, houve tentativas de manutenção das estruturas de poder que já existiam durante o governo deposto, porém, após forte reação popular, o partido majoritário foi dissolvido e eleições foram marcadas para o fim de outubro de 2011 (CASTELLS, 2013). O argumento de Castells (2013) indica que a reação do governo ditava a evolução dos movimentos e, não só na Tunísia, mas onde os governos mostraram disposição em acomodar as demandas, sugerindo uma liberalização política, “os movimentos foram canalizados para um processo de democratização do Estado no limite da manutenção da essência da dominação pela elite” (CASTELLS, 2013, p.61).

No Egito, o exército assumiu o poder após a renúncia de Mubarak, com o objetivo de manter o *status quo* do regime, esvaziando as reivindicações dos manifestantes. Para Castells (2013), a causa revolucionária foi deturpada e o resultado foi um sangrento ano de 2011, onde a ditadura só mudou de rosto. Joffé (2011) confirma:

Com a partida do Presidente, o Exército assumiu a responsabilidade de remodelar o Estado de uma forma mais aceitável, mas, claramente, não tinha qualquer intenção de abandonar o poder. Em vez disso, criou uma aliança informal com a Irmandade Muçulmana e apresentou um conjunto de emendas minimalistas à Constituição, que acabariam por ser aprovadas por referendo – para raiva dos radicais que tinham organizado as manifestações e que tinham expectativas de conseguir mudanças muito mais profundas. Assim, embora os movimentos sociais eficazes tenham aderido ainda antes da eclosão das manifestações, faltava-lhes a capacidade para obrigar o Exército e as suas coligações sociais a cederem perante o seu programa (JOFFÉ, 2013, p.105).

Nos demais países, as situações se repetiam, espelhadas nas revoluções na Tunísia e no Egito: governos corruptos e autoritários, crise econômica e ativismo virtual. Castells (2013) reflete que, apesar dos movimentos surgirem de causas internas específicas e desenvolver-se conforme as condições locais, todos “foram levantes espontâneos, estimulados pela esperança inspirada no sucesso das revoluções tunisiana e egípcia, divulgada por meio de imagens e mensagens transmitidas pela internet e pelas redes árabes de televisão por satélite” (CASTELLS, 2013, p.59).

Segundo Di Fátima (2013), a oposição e insatisfação ao autoritarismo desses regimes existem há décadas nas sociedades árabes. As fraudes eleitorais, violações dos direitos humanos — como censura, torturas, prisões arbitrárias—, os problemas econômicos, desigualdade e corrupção sempre encontraram a resistência de ativistas. Portanto, é evidente que o mote dessas revoluções é a indignação, que foi capitalizada pelo ciberativismo, inerente aos protestos de todos os países (CASTELLS, 2013).

As redes formadas no ciberespaço ampliaram seu alcance para o espaço urbano, e a comunidade revolucionária constituída nas praças públicas dessa vez resistiu com

sucesso à repressão policial e se conectou por redes multimídia com o povo egípcio e com o mundo. A praça Tahrir foi o interruptor que ligou as múltiplas redes de contrapoder a despeito de sua diversidade (CASTELLS, 2013, p.57).

John Pavlik (2011) alega a sinergia entre as mídias sociais e a transparência online — na produção e veiculação de informação—, característica dos movimentos tunisiano e egípcio, continuou sendo replicada nos demais países da região. Segundo o autor, mesmo que os governos tentassem controlar o uso da internet, o movimento já estava instalado e, citando a ação das autoridades egípcias de cortar o serviço de Internet, esta “poderá ter alimentado ainda mais a revolta, ao tornar os cidadãos mais raivosos” (PAVLIK, 2011, p. 15). Na Tunísia, lembra Di Fátima (2013), o efeito foi o mesmo:

A mensagem de erro 404 not found, que na Tunísia indicava quando um site era barrado pelo regime, também não paralisou as manifestações. Ao contrário, alimentou os protestos dia após dia, já que o bloqueio de fontes online forçou com que as pessoas fossem para a rua em busca de informação. (DI FATIMA, 2013, p.14)

Por fim, os motins no mundo árabe foram, segundo Castells (2013), processos espontâneos iniciados através da atuação virtual de ativistas, que utilizaram suas redes sociais para mobilizar a opinião pública a ocupar o espaço urbano, deixando à margem organizações políticas formais, quando não atacando-as. A base das manifestações da Primavera Árabe foi, de maneira generalizada, a interação íntima entre as redes digitais e a ocupação do espaço urbano, que possibilitou que a organização, a deliberação autônoma e a autodefesa dos movimentos (CASTELLS, 2013). Essa relação é característica observada também nas manifestações acontecidas na Espanha, tema do próximo tópico.

2.2.2 O 15-M: *Los Indignados*

O pano de fundo era uma Espanha abalada pela crise econômica de 2008. Após negar a existência da crise, o presidente do governo espanhol Rodríguez Zapatero (2004-2011), implementou severas medidas de austeridade fiscal, exigidas pelo Banco Central Europeu, diante da insolvência das instituições financeiras espanholas. Os efeitos políticos e sociais não poderiam ser piores: crise de legitimidade política, diante da subordinação às condições europeias; e a crise social com severos cortes nos serviços públicos e índices de desemprego altíssimos (CASTELLS, 2013; 2018; VIEIRA, 2013).

Em maio de 2011, com o lema “*Democracia Real Ya!*”, teve início um movimento social gestado no ciberespaço, mas que ocupou praças nas principais cidades da Espanha. Ficaram conhecidos primeiramente como 15-M, em referência ao dia do primeiro protesto, e também como Os Indignados (*los indignados*), e repudiavam a intimidade da classe política

com o capital financeiro e, também, os graves impactos sociais da crise econômica (CASTELLS, 2018; TELES, 2017).

Com efeito, havia um clima geral de indignação no país (como na maior parte do mundo) em relação aos políticos que só cuidavam de si mesmos, assim como aos banqueiros, que havia afundado a economia com suas manobras especulativas apenas para sair da cadeia sob fiança e receber um bônus generoso, enquanto os cidadãos sofriam profundas consequências da crise em seus empregos, salários, serviços e hipotecas executadas. (CASTELLS, 2013, p.72)

Os manifestantes inicialmente, como nos exemplos vindos do oriente, eram jovens e desempregados. Na Espanha, os idosos e aposentados também somaram forças à juventude, diante da “ameaça direta de deterioração de suas condições de vida” (CASTELLS, 2013, p.73). Convocados às vésperas de uma eleição municipal, o movimento questionava fortemente o sistema político espanhol, segundo Castells (2013), a rejeição à forma atual da democracia impactava diretamente no projeto do 15-M, portanto, a participação eleitoral é indiferente visto que as eleições e os partidos “são inúteis e irrelevantes para defender os interesses e os valores dos cidadãos” (CASTELLS, 2013, p.80). Esse repúdio ao sistema político pode ser observado na composição do movimento e na defesa por uma democracia real, como apontam Bennett e Segerberg (2012):

Um dos aspectos mais notáveis dessa organização de protesto sustentado foi seu sucesso em manter partidos políticos, sindicatos e outras organizações políticas poderosas de fora: na verdade, eles foram visados como parte do problema político. É claro que havia organizações da sociedade civil apoiando o 15M, mas geralmente ficavam em segundo plano para honrar a identidade personalizada do movimento: os rostos e as vozes de milhões de pessoas comuns deslocadas por crises financeiras e políticas. A organização mais visível consistia nas ricas camadas digital e interpessoal das redes de comunicação em torno do hub de mídia do Democracia real YA! (BENNETT; SEGERBERG, 2012, p.741, tradução nossa)⁷

As redes sociais, portanto, foram fundamentais para disseminar os ideais do movimento através da internet, desde o início, utilizando o *Facebook* e o *Twitter* como plataformas de interação dessas redes (BENNETT; SEGERBERG, 2012), além da criação de uma plataforma civil e digital própria, a *¡Democracia real Ya!*, nome dado também às primeiras manifestações (TELES, 2017). Foi por meio do compartilhamento de vídeos e mensagens pelas plataformas de redes sociais que *Los Indignados* obteve a repercussão internamente e, sobretudo, servir de

⁷ “One of the most remarkable aspects of this sustained protest organization was its success at keeping political parties, unions, and other powerful political organizations out: indeed, they were targeted as part of the political problem. There were, of course, civil society organizations supporting 15M, but they generally stayed in the background to honor the personalized identity of the movement: the faces and voices of millions of ordinary people displaced by financial and political crises. The most visible organization consisted of the richly layered digital and interpersonal communication networks centering around the media hub of Democracia real YA!” (BENNETT; SEGERBERG, 2012, p.741)

inspiração para outros movimentos pelo mundo, como o que será tratado no tópico seguinte, o *Occupy Wall Street*.

Figura 3 - Manifestação em Madrid em 15 de maio de 2011



Fonte: (ÁLVAREZ, 2011)

Segundo Teles (2017) houve trocas de experiência e estímulos entre os dois movimentos, ativistas e imigrantes espanhóis, que viveram o 15-M, auxiliaram a logística das ocupações do *Occupy Wall Street*, “evidenciam uma inter-relação necessária e fundamental para as ações coletivas realizadas ao longo desse processo” (TELES, 2017, p.95).

2.2.3 *Occupy Wall Street*

O ano de 2011 foi, sem dúvidas, um ano singular. Na segunda metade do ano, as revoltas populares vistas no mundo árabe e na Europa atravessaram o oceano e aportaram no coração do mercado financeiro global. O movimento *Occupy Wall Street* tinha por motivação inicial o repúdio às medidas anticíclicas adotadas pelo governo norte americano durante a crise econômica de 2008, para salvar o sistema financeiro com o dinheiro público (CASTELLS, 2013; TELES, 2017).

Porém, Teles (2017) aponta que o cerne da indignação e que unificou os movimentos em torno das ocupações de espaços público por todo os EUA foi, na verdade, a histórica e íntima relação entre o Estado e o mercado financeiro — materializado nas corporações localizadas na *Wall street*, em Nova Iorque —, e não somente na crise econômica e seus desdobramentos. Somada a demanda que os une, segundo Castells (2013), cada ocupação,

devido ao caráter generalizado do movimento, tinha suas pautas, queixas e seus próprios alvos, conforme as especificidades local e regional.

Castells (2013) correlaciona os acontecimentos no mundo árabe e na Europa, principalmente no que tange às formas de mobilização e organização vivenciadas por esses movimentos, com as ocupações nos EUA:

O eco das revoltas árabes foi amplificado pelas notícias provenientes da Europa, em particular da Espanha, propondo novas formas de mobilização e organização, com base na experiência da democracia direta, como maneira de aprofundar a demanda por uma verdadeira democracia. Num mundo conectado ao vivo pela internet, cidadãos comprometidos ficaram imediatamente a par de lutas e projetos com os quais podiam se identificar (CASTELLS, 2013, p.97).

Sendo assim, o estopim do movimento *Occupy Wall Street* foi uma série de convocações, realizadas em blogs e na plataforma *Twitter* em setembro de 2011, com o slogan “*We are 99%*” (nós somos 99%), para a ocupação do espaço público, começando pelo Zuccotti Park, exigindo das autoridades, segundo Teles (2017, p. 94), “mudanças imediatas em suas práticas econômicas e as suas ações políticas”.

Os manifestantes que participavam das ocupações do movimento Occupy, de certa forma, tinham características comum entre si e, também, com os manifestantes árabes e europeus: jovens e bem instruídos. Segundo Castells (2013), ampla maioria deles estiveram envolvidos anteriormente ou com a política partidária, ou participando de movimentos sociais ou de organismos não governamentais. Esses militantes, por consequência, estavam conectados por uma rede já consolidada, pois “tinham presença em redes de militância na internet, postando vídeos e participando de animados fóruns políticos” (CASTELLS, 2013, p.104). O movimento *Occupy*, portanto, foi formado pela convergência de múltiplas correntes políticas alternativas, que não se identificava com as instituições políticas oficiais (CASTELLS, 2013; AMARAL; FIEDLER; MEDINA, 2019).

Castells (2013, p.7) afirma que o Occupy era tão espontâneo quanto seus correspondentes nos outros continentes, além de “igualmente conectado em redes no ciberespaço e no espaço urbano”. O ciberativismo possibilitou, portanto, a velocidade com que o movimento se disseminou pelo território dos EUA, atingindo seiscentas ocupações em menos de um mês:

A rápida difusão geográfica do movimento foi reflexo de sua propagação viral pela internet. O movimento nasceu na internet, difundiu-se pela internet e manteve sua presença pela internet, já que muitas ocupações, assim como grupos específicos e outras redes sociais, criaram seus próprios sites. Ao mesmo tempo, porém, a forma de existência material do movimento foi a ocupação do espaço público (CASTELLS, 2013, p.104).

Devido à sua característica híbrida, o movimento *Occupy* necessitou de ferramentas para, além da divulgação e cobertura dos protestos, a comunicação entre ocupações, utilizando principalmente o *Twitter*. Para Castells (2013, p.104), o espaço híbrido é a caracterização do movimento, que construiu uma nova forma de espaço que mistura um determinado território físico com o espaço de fluxos na internet, ou seja, com o ciberespaço: “um não conseguia funcionar sem o outro”.

Entretanto, o movimento Occupy Wall Street tinha, como pauta prioritária, o questionamento do *status quo* neoliberal e das condições que possibilitam sua manutenção (AMARAL; FIEDLER; MEDINA, 2019). Sendo assim, o uso de plataformas como o *Twitter* e o *Facebook* era questionada no movimento, pois estas, segundo Castells (2013), representam a face tecnológica da ordem neoliberal e poderiam representar um perigo para a segurança dos ativistas:

Apesar de sua utilidade, o Facebook era criticado no movimento por ser uma plataforma com proprietários, o que se chocava com a abertura valorizada pelo movimento. Da mesma forma, o novo software de reconhecimento facial do Facebook identifica imediatamente pessoas em fotografias, e isso era malvisto, dada a desconfiança de que o Facebook não protegeria a privacidade caso intimado por autoridades. Outros dedicaram-se ao desenvolvimento de um “Facebook do Occupy” chamado Global Square, amplamente divulgado pelo WikiLeaks. (CASTELLS, 2013, p.109)

A repressão ao movimento foi exercida de formas diferentes em cada localidade. No entanto, não faltaram relatos de abuso no uso da força policial, principalmente diante de um movimento eminentemente pacífico (CASTELLS, 2013; CALHOUN, 2013). Em Nova York, segundo Calhoun (2013), a truculência da atuação da polícia da cidade, causou estranheza não só pela violência, mas pelo uso sistemático de policiais vestidos como civis. A estratégia utilizada como proteção pelos ativistas foi a prática de fazer gravações e reportagens facilitada pelo amplo acesso dos manifestantes à celulares com câmeras de vídeo. Castells (2013) afirma que, enquanto a mídia tradicional controlava a divulgação das informações, mostrando só o que seus editores queriam, “o movimento apresentava tudo sobre si mesmo, postando na internet todas as ações que tinham lugar nos confrontos” (CASTELLS, 2013, p.120).

Mesmo depois que o inverno e a polícia conseguiram desmobilizar os acampamentos, o braço virtual do movimento prosseguiu nas redes da internet que, segundo Castells (2013, p.110), estão “sempre prontas a aterrissar novamente do espaço dos fluxos no espaço dos lugares”.

2.3 AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E O REPÚDIO À CLASSE POLÍTICA NO BRASIL

Em 2011, ano em que os eventos anteriormente narrados aconteceram, o Brasil vivia um período de ascensão econômica — apoiado no aumento dos preços das commodities —, relativo sucesso no enfrentamento da crise econômica de 2008 e relativa estabilidade política, numa democracia ainda muito jovem, com pouco mais de 20 anos. Porém, dois anos depois, a indignação generalizada aportou no Brasil. Em junho de 2013, um movimento popular que busca a democratização do transporte urbano balançou as estruturas da república (MACHADO; MISKOLCI, 2019). Para a revista francesa *Le Point*, do dia 27 de junho de 2013, a metáfora de um trovão que irrompe um céu sereno foi a ilustração possível para explicar as manifestações que tomaram conta do país.

No dia 06 de junho de 2013, o Movimento Passe Livre (MPL)⁸ convocou o primeiro ato, de vários que aconteceriam, contra o aumento de 20 centavos nas passagens do transporte coletivo em São Paulo, sendo este o estopim das manifestações que fariam daquele mês um fim de outono diferente dos anteriores (COSTA JUNIOR, 2016; MACHADO; MISKOLCI, 2019; BARREIRA, 2014; MEDEIROS, 2014). Isso posto, Medeiros (2014, p.89), chama a atenção para a mudança na prática de aumento das tarifas em todo o país, realizados sempre no mês de janeiro, e que devido à alta da inflação em 2013, foi adiado e realizado “em pleno funcionamento do ano letivo de escolas e universidades”, o que, inevitavelmente, favoreceu uma maior mobilização contra o reajuste.

Apesar de iniciado em São Paulo, os movimentos se disseminaram pelo país de forma muito veloz, com manifestações quase diárias e, cada vez com maior comparecimento das massas. Para Costa Junior (2016, p.13), “as jornadas foram marcadas pela pluralidade de pautas, de exigências e de narrativas”. Josué Medeiros (2014) mapeia as concentrações de manifestantes nas principais cidades brasileiras:

Os reajustes tarifários ocorreram em todo o país, assim como as manifestações contrárias a tal fato. Um levantamento feito pelo site de notícias G1 aponta que já no dia 17 de junho ocorreram manifestações em 12 estados da federação. No Rio de Janeiro, mais de 100 mil pessoas ocuparam uma das principais avenidas da cidade. Em Belo Horizonte, foram 50 mil manifestantes. As manifestações passaram a ser diárias, abrangendo sempre ao menos 20 estados, totalizando milhões de pessoas nas ruas. No

⁸ O Movimento Passe Livre (MPL) foi fundado em 2005, durante o Fórum Social Mundial, acontecido em Porto Alegre/RS, e tem por objetivo buscar a democratização do espaço urbano, defendendo o passe livre no transporte coletivo como uma das formas de reapropriação das cidades: “Surge então um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior.” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2014, p.17)

dia 18 de junho, 50 mil foram às ruas em São Paulo, 10 mil em Florianópolis e 10 mil em Rio Branco; no dia 19 de junho, 20 mil em Macapá e Brasília, 30 mil em Fortaleza e 15 mil em São Luiz e Belo Horizonte. Em todos esses atos, houve confrontos com a polícia, presos e feridos. (MEDEIROS, 2014, p.98)

A postura das forças policiais, principalmente nas manifestações em São Paulo, foi bastante questionada. Assim como aconteceu na Primavera Árabe, no *Occupy Wall Street* e no 15M, a violência policial contra os manifestantes era de praxe e desmedida, justificada como a “devida operacionalidade” (AMARAL; FIEDLER; MEDINA, 2019, p.321). Utilizando de balas de borracha, *sprays* de pimenta, bombas de efeito moral etc, a polícia buscava dispersar e amedrontar os manifestantes, principalmente próximo à sede de governos, parlamentos e estádios que, naquela época, já estavam prontos para a Copa das Confederações (GONDIM, 2016).

O efeito, no entanto, foi reverso. Utilizando de todo o aparato policial contra os manifestantes, as polícias ficaram expostas diante do ativista digital, aquele indivíduo que, tendo um celular com câmera para filmar os abusos, repassa as imagens para algum veículo alternativo ou publica em sua rede social (BARREIRA, 2014).

Figura 4 - Manifestantes lotam Avenida Paulista em 20 de junho de 2013



Fonte: (WIKIMEDIA COMMONS, 2013)

A imprensa tradicional brasileira — televisão, rádio e mídia impressa —, inicialmente, reagiu condenando os movimentos e dando enfoque ao vandalismo, apoiando as medidas policiais de repressão (COSTA JUNIOR, 2016). Entretanto, perfis de mídias alternativas, como a Mídia Ninja, inundavam as plataformas de rede sociais, principalmente o twitter e o facebook,

com cenas explícitas de repressão violenta da polícia amplamente difundida nas redes sociais, abalando assim o discurso contrário ao movimento (COSTA JUNIOR, 2016; QUEIROZ, 2017).

Narrativas de diversos participantes do movimento passam a entrar em jogo, sendo publicadas, compartilhadas e curtidas nas novas mídias sociais, acompanhadas de depoimentos pessoais, fotos e vídeos gravados por smartphones e tablets, quase sempre denunciando os abusos da repressão policial. Por outro lado, a grande imprensa permanece com o seu discurso de criminalização do movimento, destacando a depredação e apresentando os atos da polícia como mera reação à violência praticada pelos manifestantes (COSTA JUNIOR, 2016, p.29).

A mudança no comportamento da mídia tradicional acompanhou a nacionalização do fenômeno. Nesse sentido, a existência de fontes de informação alternativas, que melhor utilizavam as redes sociais digitais, foi capaz de modificar a atuação dos grupos de comunicação dominantes, indo ao encontro da teoria de Robert Dahl (1997), das garantias para um governo mais responsivo. Segundo Lima (2013), a cobertura não só mudou o enfoque mas também passou a cobri-los em tempo real como se fosse uma observadora imparcial, “o que começou com veemente condenação transformou-se, da noite para o dia, não só em tentativa de cooptação, mas também de instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes (LIMA, 2013, p.97).

O *modus operandi* para a mobilização popular dessas manifestações brasileiras, segundo Alcântara (2015, p.86), tem semelhanças consideráveis com as citadas nos tópicos anteriores, onde em todas elas “as NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação), as redes sociais digitais, bem como outros espaços de comunicação na internet, tiveram papel importante”. Embora não seja considerado o primeiro momento de mobilização popular feito por meio das plataformas de redes sociais digitais — os “rolezinhos” nos shoppings centers, as marchas da maconha, das vadias etc já tinham essa característica —, o uso político dessas plataformas comerciais só impactou grande parte da sociedade com as Jornadas de Junho de 2013 (MACHADO; MISKOLCI, 2019).

Outro fator importante de se considerar no contexto brasileiro, segundo Machado e Miskolci (2019) é a redução do preço e popularização dos *smartphones* na década de 2010. Esse fator explica o acréscimo no número de usuários da internet no Brasil onde, “segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, tornou o acesso via celular preponderante a partir de 2014” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p.952). O uso intensivo de celulares conectados à internet, os smartphones, expõe os usuários à mídia em uma interação permanente, transformando o entretenimento — que já tinha passado do público ao doméstico,

da sala de cinema para a televisão —, passou para o individual (MACHADO; MISKOLCI, 2019).

A motivação das manifestações, para Amaral, Fiedler e Medina (2019), está ligada às condições postas pelo neoliberalismo, como racionalidade dominante, que se estabelece como um dispositivo global, desenvolvido através de um aparato discursivo, institucional, político, jurídico e econômico. Para os autores, portanto, as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil “não é consequência de uma crise econômica, mas sim a tradução de um mal-estar existente no sistema social global para o contexto brasileiro” (AMARAL; FIEDLER; MEDINA, 2019, p.320).

2.3.1 *A pauta popular versus a pauta de massa em junho de 2013: “Não me representa!”*

As Jornadas de Junho de 2013 tiveram, como um de seus *slogans*, a máxima: “Não nos representa”. A retórica antipartidária, de negação da política, fica evidente nesse *slogan* e, segundo Machado e Miskolci (2019, p.955), as disputas políticas passaram a se dar nesse ambiente que levou o Brasil a “alimentar uma cruzada saneadora contra a corrupção”. Apesar de as manifestações terem uma clara origem de esquerda, observa que nem todos que participavam eram progressistas, campo que habitualmente domina a pauta popular e a ocupação de espaços públicos como forma de protesto (SAKAMOTO, 2013; MACHADO; MISKOLCI, 2019).

Quanto a mutação das pautas carregadas pelos movimentos de junho de 2013, é possível observar três fases distintas. A primeira, convocada pelo MPL, como dito anteriormente neste tópico, tinha por motivação o aumento das tarifas do transporte coletivo nas cidades brasileiras. Essa fase tinha uma pauta popular, clara e objetiva, foi comandada por movimentos sociais clássicos e minimamente organizados e aglutinados no campo progressista do espectro político (COSTA JÚNIOR, 2016). Diante da nacionalização dos movimentos, ocorrida em torno do quarto ato convocado contra o aumento das tarifas, é possível observar uma mudança significativa nas manifestações: “a adesão ao movimento cresce e a luta é tomada de assalto pela difusão de pautas” (COSTA JÚNIOR, 2016, p.72).

Esse segundo momento das jornadas é admissível associá-lo ao início do grande evento marcado para aquele mês — A Copa das Confederações —, com a abertura acontecendo na metade exata do mês e atraindo consigo os holofotes internacionais para o Brasil. Segundo Costa Júnior (2016), a partir da variedade de convicções e lutas e, também dos canais novos de comunicação e debates públicos, que havia um processo de aprofundamento democrático. Essa

mudança foi orquestrada, principalmente, no ambiente das redes sociais, conforme observado por Leonardo Sakamoto (2013):

Uma manifestação de rua, dois dias antes, reunindo mais de 200 mil pessoas, acabou por mudar o perfil dos que estavam protestando em favor da redução da tarifa. O chamado, feito via redes sociais, trouxe as próprias redes sociais para a rua. Quem andou pela Avenida Paulista percebeu que boa parte dos cartazes eram comentários retirados do Facebook e do Twitter (SAKAMOTO, 2013, p.103).

A terceira fase das manifestações, a partir do dia 19 de junho, no entanto, colocou de lado as motivações populares que produziram a mobilização inicial e passou a pautar-se pela abordagem ditada pela mídia tradicional e por setores conservadores: do combate à corrupção (COSTA JUNIOR, 2016; SECCO, 2013). A redução da polissemia que fora produzida nas ruas, afirma Costa Junior (2016, p.79), teve por consequência “a guinada à uma ideologia predominantemente reacionária”.

Objetivamente, as Jornadas de Junho tiveram suas motivações deturpadas em sua terceira fase, passando de pautas populares e movimentos sociais organizados à adesão majoritária dos participantes a bandeiras de negação da política e políticos, dos partidos e do sistema político representativo (MACHADO; MISKOLCI, 2019; COSTA JUNIOR, 2016). Segundo Secco (2013, p.73), a pauta popular, induzida pelo MPL e demais movimentos sociais pelo repúdio ao aumento das tarifas do transporte, era organizada de baixo para cima, diferentemente da pauta de massa, que abandona o conteúdo e passa à forma, utilizando uma linguagem “apelativa como a publicidade”. Para o autor, a pauta de massa é manipulada, ganhando aparência de popular, principalmente nas redes sociais digitais:

A pauta massificada nasce de baixo apenas aparentemente. Num universo de simulacros desprendidos de suas bases, em que os indivíduos relacionam-se diretamente sem mediações visíveis, os manifestantes virtuais não canalizam seu descontentamento pela representação política. Assim, ela se reduz a uma crítica generalizada dos próprios políticos profissionais, mas não do modo de produção da política, enredando-se num emaranhado abstrato. O protesto sustentado pelo capital monopolista, invertido nos meios de comunicação de massa, se torna uma flash mob[...] Apesar de a maioria dos jovens manifestantes usar a internet para combinar os protestos, os temas continuam sendo produzidos pelos monopólios de comunicação. A internet é também um espaço de interação entre indivíduos mediada pelo mercado de consumo e vigiada pela “inteligência” dos governos (SECCO, 2013, p.74).

Os atos que se seguiram, principalmente após a redução das tarifas, foi abandonando a pauta popular e progressista para assumir discursos reducionistas e superficiais de ordem moral – localizados no seletivo discurso anticorrupção mas não só –, que faz adeptos com muita facilidade (SAKAMOTO, 2013; AMARAL; FIEDLER; MEDINA, 2019). Amaral, Fiedler e Medina (2019) recordam que conservadores e reacionários sempre estiveram presentes na

sociedade brasileira e que esses discursos tornaram as manifestações mais palatáveis para a classe média e a elite, que poderia vestir “o verde-amarelo, lembrando os divertidos e emocionantes dias com os amigos em que se podem ver os jogos da Copa do Mundo” (SAKAMOTO, 2013, p.103).

Figura 5 - Manifestantes na avenida Paulista em agosto de 2015.



Fonte: (REUTERS, 2015)

Nessa fase das manifestações era possível, segundo Barrocal e Martins (2013), identificar demandas antidemocráticas como o fechamento do Congresso e a rejeição à classe política. Além disso, expulsão e hostilidade à militantes de partidos e sindicalistas, com ataques físicos e verbais, passaram a ser tão comuns que, percebendo a infiltração de grupos conservadores, o MPL decidiu não chamar mais protestos (BARROCAL; MARTINS, 2013; MACHADO; MISKOLCI, 2019; SAKAMOTO, 2013).

Nas redes sociais, principalmente no Facebook, as disputas no campo ideológico ficaram cada vez mais polarizadas e conflitivas, segundo Machado e Miskolci (2019, p.961), “moldadas por uma gramática moral e anti-institucional”. Os autores observam que as vertentes políticas mais conservadoras conseguem explorar melhor este ambiente de extremismo conflitivo, apoiando-se na idealização de um passado glorioso, mais estável e próspero, em contraposição aos efeitos enfrentados globalmente com a crise de 2008 (MACHADO; MISKOLCI, 2019). Como repercussão, Machado e Miskolci (2019, p. 956) identificam que, espelhando o fenômeno das bolhas sociais — que será tratado adiante —, há uma extrapolação do virtual para a vida cotidiana offline, “desde então, tais bolhas e as manifestações divergentes nas ruas passaram a se retroalimentar e se digladiar”.

“O drama da internet é que ela promoveu o idiota da aldeia a portador da verdade”

Umberto Eco

3 REDES SOCIAIS COMO FATOR DEMOCRATIZANTE: AS PLATAFORMAS, ALGORITMOS E O ESPAÇO PÚBLICO

A internet, no fim do século XX e início do século XXI, representou um marco para as comunicações, mudando de forma significativa o espaço público, onde os debates acontecem e a opinião pública é formulada. É importante, portanto, para a ciência política, compreender quais foram as mudanças e como os atores se comportam no ambiente cibernético, se de forma autônoma ou se existem elementos subterrâneos que manipulam esse comportamento.

A mudança na dinâmica do mercado da informática com o surgimento dos modelos de computadores pessoais, citada no primeiro capítulo, pode ser comparada com aquela gerada pelo surgimento dos smartphones. A infinidade de possibilidades, garantida pela internet, agora tem a capacidade de estar com o indivíduo todo o tempo, ao alcance dos dedos, na tela de seus celulares. A criação das tecnologias de internet móvel e sua disseminação, também são fatores relevantes de considerar. Castells (2012) afirma:

[...]a mais profunda transformação social promovida pela internet ocorreu na primeira década do século XXI, com a passagem da interação individual e empresarial na internet (o uso de correio eletrônico, por exemplo) para a construção autônoma de redes sociais controladas e guiadas por seus usuários. (CASTELLS, 2012, p.136)

O surgimento das chamadas redes sociais virtuais está ligado a uma evolução da internet, que desde sua origem está em constante aperfeiçoamento. Como exposto anteriormente, a abertura comercial da internet em 1994 possibilitou que uma infinidade de programadores pudesse se dedicar ao desenvolvimento das redes mundial de computadores (FUENTES, 2012). Até por volta do ano de 2004, a internet funcionava de forma menos interativa, com um tipo de comunicação conhecida por ‘muitos-para-um’, a web 1.0, que possibilitava a troca de e-mails, aplicação de formulários, entre outras formas de conexão simples.

A expansão da arquitetura da internet ampliou as possibilidades de conexão que vieram com a web 2.0, trazendo como inovação a comunicação ‘muitos-para-muitos’ (CALEIRO e DINIZ, 2011). A expressão perfeita dessa mudança estrutural da internet são as redes sociais que são compostas pelos atores — que são as pessoas, instituições, etc —, e pelas conexões desses atores, os laços sociais, que proporcionam a comunicação (RECUERO, 2009; MEDEIROS, 2013).

Apesar das expectativas, Cervi (2012) aponta que o efeito da internet, no modelo da “comunicação muitos-para-muitos”, característica da web 2.0, reduz a eficácia ou faz com que deixem de existir os controles institucionais de entrada e participação no debate público (CERVI, 2012, p.25), fazendo com que o Estado perca sua capacidade de controle social, por

exemplo, de ideias radicais. O autor continua ao criticar o distanciamento das pessoas com as instituições políticas representativas dentro da rede mundial de computadores:

Além de favorecer o debate personalizado, o tipo de participação predominante no debate político que se dá nas redes sociais é mais voltado para um reforço de posições prévias do que à interação aberta e democrática para revisão de posições e opiniões anteriores ao debate (CERVI, 2012, p. 26).

Neste capítulo serão abordadas questões técnicas das redes sociais que, utilizadas como ferramentas políticas, podem induzir, com aparência de autonomia, o comportamento dos atores. Primeiramente, a lógica do capital que impulsiona as plataformas de redes sociais, gerando dinheiro com o engajamento independente de filtros éticos e morais e depois, como os dados retidos pelas plataformas são utilizados para fins políticos. Por fim, a mudança que as redes sociais causaram no espaço público com suas características.

3.1 MERCADORES DA CONSCIÊNCIA

As maiores empresas do mundo são, notadamente, aquelas que beneficiam dos produtos mais valiosos disponíveis no mercado. Desde meados dos anos 90, empresas de tecnologia da informação ocupam um espaço na lista das marcas mais valiosas e mais rentáveis do mundo. Dentre essas, destaca-se as empresas responsáveis por plataformas de redes sociais digitais, como o Facebook. No entanto, o produto comercializado por essas empresas é o que, nos dias atuais, tem o maior valor no capitalismo: os dados.

Apesar do discurso que defende a tecnologia como responsável pela melhora das condições de vida das pessoas, possibilitando uma comunicação contínua, ubíqua e que facilita as conexões, Medeiros e Scartassini (2019), observam que os usuários, em sua maioria, ignoram ou desconhecem os interesses mercantis dessas plataformas. Esses interesses colocam abaixo a imagem endeusada das plataformas, como símbolo de liberdade, pois “atuam na geopolítica, na economia, no consumismo e na apropriação de informações que regulam situações e disposições” (MEDEIROS; SCARTASSINI, 2019, p.183).

A conexão entre os indivíduos e organizações, segundo Valente (2019), é o principal negócio das plataformas digitais e, portanto, elas se especializaram em coletar informações e identificar as demandas que os usuários necessitam e o que, ou quem, pode responder melhor a ela. Para cumprir o objetivo, as plataformas “coletam quantidades monumentais de dados e usam seus sistemas de análise para identificar comportamentos, gostos e interesses que podem ser traduzidos em bens e serviços ofertados” (VALENTE, 2019, p.174). Esse processo de produção, captação e processamento de dados em larga escala com o objetivo de aplicar nas

diferentes esferas da vida social é chamado de Big Data (VALENTE, 2019; AUGSTEN, 2017; ROUVROY; BERNIS, 2015). Medeiros e Scartassini (2019) identificam uma transformação do cidadão, a partir do *Big Data*, para o sujeito-consumidor:

Ou seja, compreendemos que essas plataformas, no âmbito do neoliberalismo, baseiam-se na riqueza de informações dos usuários. Estas, após coletadas, permitem categorizar comportamentos – sociais, de consumo, de participação política, entre outros. Uma espécie de transição do cidadão para o sujeito-consumidor. Isso se agrava a partir do momento em que os usuários, em geral, não conhecem os sistemas que utilizam, mas assimilam um tipo de confiança baseada em uma crença sobre a neutralidade dos dispositivos (MEDEIROS; SCARTASSINI, 2019, p.183).

Nesse mesmo sentido, Augsten (2017) afirma que, quando os assuntos políticos e sociais são geridos por grandes organizações, o cidadão é afastado do debate, fortalecendo os interesses comerciais em detrimento dos públicos. A autora complementa, indicando que a decadência da esfera pública acelera-se quando a cultura é transmitida com objetivo de manipular e ampliar o consumo, limitando os debates públicos e reflexões sobre a coletividade (AUGSTEN, 2017, p.12). As empresas que comandam essas plataformas digitais, visando ampliar seus ganhos e expandir sua mediação, determinam as regras do jogo, as lógicas e limites que as interações e transações serão estabelecidas e, dessa forma, não podem ser consideradas neutras, pois controlam os fluxos de informações, as interações e transações realizadas pelos participantes do ecossistema (VALENTE, 2019, p.169).

Sendo assim, as plataformas de redes sociais digitais precisam ser compreendidas como sistemas tecnológicos, que são comandados por proprietários interessados no lucro, mas que participam outros agentes, como produtores, intermediários e usuários (VALENTE, 2019). Nesse contexto, afirma Valente (2019, p.169), é onde lógicas econômicas, práticas culturais e normas diversas operam, apoiado na mediação ativa dos sistemas tecnológicos, ou seja, das plataformas.

A utilização de algoritmos de *Big Data* e das bolhas dos filtros na dinâmica das plataformas de redes sociais é com o objetivo de personalizar a participação dos indivíduos ou das organizações nestes espaços (VALENTE, 2019; PARISER, 2012). Personalizar, portanto, atende à demanda das plataformas como forma de garantir ao usuário uma experiência única de contato e, com isso, aumentar os lucros da plataforma que intermediou com publicidade (VALENTE, 2019).

A publicidade mais eficiente é o serviço primeiro dessas plataformas. Empresas como o Facebook e Google tem por objetivo, utilizando de ferramentas de Big Data, cruzar interesses diversos para focar em um público em potencial (VALENTE, 2019). Um sujeito é moldado a partir daquilo que ele clica e, ao observar o Facebook, Pariser (2012) identifica que o uso da

ferramenta ‘curtir’ é significativo para a construção desse sujeito baseado em dados de navegação:

O fato de que o Facebook prefira Curtir a, por exemplo, Importante é uma pequena decisão de design que tem amplas consequências: as histórias que recebem mais atenção no Facebook são aquelas que mais pessoas curtem, e as histórias que as pessoas curtem são, bem, mais agradáveis (PARISER, 2012, p.102).

3.1.1 *Você É Aquilo Que Você Clica*

As plataformas das redes sociais, como abordado no ponto anterior, procurando melhorar a experiência de seus usuários, utiliza-se de ferramentas de inteligência artificial que personaliza o espaço das redes. Segundo Pariser (2012, p.16), essa personalização acontece numa relação de troca, de barganha: “Em troca do serviço de filtragem, damos às grandes empresas uma enorme quantidade de dados sobre nossa vida diária – dados que muitas vezes não dividiríamos com nossos amigos”.

No momento histórico atual, toda ação em ambiente público produz rastros digitais através do armazenamento de registros, catalogação e arquivamento de documento, acontecendo na internet ou não (GILLESPIE, 2018). Essa atividade ganha mais intensidade quando o fornecedor dos dados faz o uso das redes de comunicação que foram projetadas para registrar toda a atividade cibernéticas, como as plataformas de redes sociais, onde “cada entrada, cada página visualizada e cada clique deixe um rastro digital” (GILLESPIE, 2018, p.99). Byung-Chul Han (2018), refletiu sobre o protocolamento digital da sociedade, transformando-a em sociedade da transparência e da vigilância:

Todo clique que eu faço é salvo. Todo passo que eu faço é rastreável. Deixamos rastros digitais em todo lugar. Nossa vida digital se forma de modo exato na rede. A possibilidade de um protocolamento total da vida substitui a confiança inteiramente pelo controle. No lugar do *Big Brother*, entra o *Big Data*. O protocolamento total e sem lacunas da vida é a consumação da sociedade da transparência (HAN, 2018, p.122).

Os dados armazenados por essas empresas são, em sua maioria, cedidos pelos próprios usuários das plataformas. Essa relação é fundamental para, segundo Han (2018), estabelecer a ilusão da liberdade, coletando os dados através da autoexposição, que garante uma exposição mais eficiente do que aquela feita por meio do outro (HAN, 2018). A autoexposição acontece através da navegação pela rede mundial de computadores e, assim, ao acessar algum dos sites que fazem coleta e armazenamento desses dados. Segundo Machado e Miskolci (2019, p.946), são poucas as empresas que fazem esse trabalho, o que provoca uma grande concentração de poder digital, pois possibilitam a elas fazer “predições comportamentais e influenciar a formação de opiniões, valores e processos de tomada de decisão”.

Pariser (2012) identifica que, normalmente, o funcionamento dos filtros personalizados ocorrem em três etapas que, ao final, possibilitam traçar uma correspondência relativamente eficiente entre o sujeito e a mídia em questão. A primeira, utilizando dados de interação, compartilhamento e histórico de navegação, “o filtro busca entender quem é a pessoa e do que ela gosta” (PARISER, 2012, p.78). Depois, o filtro indica conteúdo e serviços que julgar necessário e, por fim, procede com alguns ajustes. Sendo assim, a identidade do indivíduo molda a mídia e vice e versa, ou seja, os filtros não só refletem a identidade como determinam o que estará à disposição do usuário. (PARISER, 2012; AUGSTEN, 2017)

Tratando particularmente da atuação do Google, Pariser (2012, p.13), observa que a pauta da empresa não é transparente com seus usuários: “o Google não nos diz quem ele pensa que somos ou por que está nos mostrando o resultado que vemos. Não sabemos se as suposições que o site faz sobre nós estão certas ou erradas”. Gillespie (2018) chama a atenção para as ferramentas de busca, anteriormente responsáveis por fornecer apenas a frequência com que os termos da pesquisa apareciam nos sites da web, hoje em dia, foram ampliando a complexidade à medida que o uso foi amadurecendo. Com o objetivo de fornecer a resposta mais adequada à expectativa do usuário, incorporou informações de contexto e as preferências de quem está buscando a informação. Segundo o autor, a ferramenta de busca do Google “examina mais de duzentos indicadores para cada consulta feita no site” (GILLESPIE, 2018, p.103). Ao tratar especificamente da forma que o Google realiza a coleta dos dados dos usuários, Pariser (2012) afirma:

Os sistemas de filtragem do Google, por exemplo, dependem amplamente do nosso histórico na rede e daquilo em que clicamos (indicadores de clique) para inferir as coisas das quais gostamos ou não. Esses cliques costumam ocorrer num contexto inteiramente privado [...] você talvez se comportasse de forma diferente se pensasse que outras pessoas fossem ver as suas buscas. Mas é esse comportamento que determina o conteúdo que você vê no Google Notícias ou os anúncios apresentados pelo Google – que determina, em outras palavras, a teoria que o Google tem sobre você. (PARISER, 2012, p.79)

No caso do Facebook a personalização foi ampliada em 2018, dando mais relevância a publicações de amigos (TEIXEIRA, 2019). No entanto, os dados ainda continuam sendo coletados principalmente através de compartilhamentos e de interação com outros usuários⁹

⁹ “A solução do Facebook foi o EdgeRank, o algoritmo por trás da página inicial do site, que traz as Principais Notícias. O EdgeRank classifica todas as interações ocorridas no site. A matemática é complicada, mas a ideia básica é bastante simples, baseando-se em três fatores. O primeiro é a afinidade: quanto mais próxima a nossa amizade com alguém – o que é determinado pelo tempo que passamos interagindo com a pessoa e investigando seu perfil –, maior será a probabilidade de que o Facebook nos mostre suas atualizações. O segundo é o peso relativo de cada tipo de conteúdo: atualizações sobre relacionamentos, por exemplo, têm peso grande; todos gostam de saber quem está namorando quem (muitos observadores suspeitam que esse peso também seja personalizado: pessoas diferentes dão mais ou menos importância a cada tipo de conteúdo). O terceiro é o tempo: itens mais

(PARISER, 2012). Fica nítido nos dois exemplos, através das diferenças metodológicas, que a identidade elaborada é diferente para cada um dos sites, no entanto, o objetivo é o mesmo: transformar os usuários em mercadorias (VALENTE, 2019).

No valioso mercado de tecnologia de dados — que as empresas ocupam as primeiras colocações das marcas mais valiosas do mundo —, o que interessa é, a partir de uma infinidade de informações e dados dispersos, transformar o usuário em um indivíduo unificado, reconhecível, coerente, monitorável e previsível (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 947). Essa versão, segundo os autores, possibilitaria as plataformas extrair valor de mercado desse cidadão-consumidor conectado. Por conseguinte, a forma com que o sujeito é catalogado demonstra que, pela primeira vez, um meio tem a capacidade de descobrir quem são seus usuários, do que gostam e o que querem (PARISER, 2012). E mesmo que o código de personalização não apresente eficácia total, “ele é preciso o suficiente para ser lucrativo, não só por nos apresentar uma publicidade mais direcionada, mas também por ajustar a substância do que lemos, vemos e ouvimos” (PARISER, 2012, p.147),

Diante deste intenso monitoramento automatizado dos usuários da internet, realizado por softwares de dados que coletam todo tipo de informação sobre comportamento virtual, hábitos diversos e padrões de consumo que, posteriormente, caracterizam e catalogam os usuários. A partir disso, de acordo com Augsten (2017, p.10), demonstra-se que a autonomia no ciberespaço pode ser acometida pelos efeitos causados pelos softwares de recomendação e os algoritmos, abrindo espaço para manipulação dos usuários dessas plataformas.

3.1.2 Os Algoritmos E A Manipulação Do Sujeito

Os algoritmos, já tão citados até aqui, recebem uma conceituação diferente do senso comum, que identifica-os unicamente como softwares. Algoritmos, num sentido mais ampliado, de acordo com Gillespie (2018, p.97), “são procedimentos codificados que, com base em cálculos específicos, transformam dados em resultados desejados”. Como exemplo, o autor cita tanto as instruções de navegação quanto as fórmulas matemáticas utilizadas para prever o movimento de um corpo celestial, pois os algoritmos “dão nome tanto ao problema quanto aos passos pelos quais ele precisa passar para ser resolvido”. (GILLESPIE, 2018, p.97).

Os algoritmos, por consequência, não podem ser encarados como realizações técnicas abstratas, mas sim como mecanismos que escondem escolhas humanas e institucionais, que

recentes têm mais peso do que postagens mais antigas” (PARISER, 2012, p.29).

devem ser investigadas em uma análise sociológica (GILLESPIE, 2018). Para Medeiros e Scartassini (2019, p.184), para que sua eficácia seja maior, o poder utiliza da capacidade de esconder-se pois, “quanto mais invisível for sua atuação, maior é sua penetrabilidade para o controle”. Nas plataformas digitais, portanto, esse poder velado é exercido pelos algoritmos, apoiando-se num misto de crença na neutralidade e complexidade envolvendo cálculos matemáticos pouco acessíveis à grande maioria dos usuários, para manter-se oculto (MEDEIROS, SCARTASSINI, 2019).

A mudança da dinâmica virtual rumo à personalização aconteceu, portanto, à parte dos usuários que, segundo Pariser (2012), desconhecem como são usadas as suas informações e qual o indivíduo foi construído baseado nelas: “A internet talvez saiba quem somos, mas nós não sabemos quem ela pensa que somos, ou como está usando essas informações” (PARISER, 2012, p.148). Nesse sentido, as empresas que controlam as plataformas estão sabendo lidar cada vez melhor para traçar estratégias com o uso dos dados que são coletados através das ferramentas de *Big Data* (PARISER, 2012). Segundo Pariser (2012, p.16), “muitas vezes acreditamos excessivamente que essas empresas irão cuidar bem dessas informações, e, quando nossos dados são usados para tomar decisões que nos afetam negativamente, em geral não ficamos sabendo”. Medeiros (2020) afirma, em uma abordagem crítica, que as ferramentas algorítmicas das plataformas digitais servem à lógica neoliberal e a suas dinâmicas de poder:

[...] pensa que as plataformas digitais de comunicação se situam com suporte no neoliberalismo, baseando-se nas informações que são capazes de controlar sobre, por exemplo, comportamento e capacidade de consumo, agindo como parasitas. São dispositivos que permitem, em seu espaço de manifestação, atividades que fomentam sua sistemática de controle: coleta, armazenamento, manipulação e disseminação de atividades políticas, sejam econômicas, sociais, ética, estéticas etc. (MEDEIROS, 2020, p.111)

Sendo assim, os códigos que compõem os algoritmos são uma pequena parte da complexa lógica que envolvem as plataformas sociais. As capacidades dos algoritmos, segundo Medeiros (2020, p.112) envolvem “moldar um mundo a ser apresentado, trabalhado e difundido a partir de aspectos políticos, culturais, sociais, éticos, estéticos, econômicos etc., fabricando um sujeito”. Nesse ponto, Pariser (2012), observa que os algoritmos funcionam como uma lente, que determina o que é visto ou não. O autor segue, dizendo que há interferência, a partir dos filtros, na “inter-relação entre nossos processos mentais e o ambiente externo” (PARISER, 2012, p.58). Funcionando como uma lente de aumento, pode expandir a visão sobre determinada área específica do conhecimento, ou “podem, ao mesmo tempo, limitar a variedade de coisas às quais somos expostos, afetando assim o modo como pensamos e aprendemos” (PARISER, 2012, p.58).

Esse poder, em uma sociedade altamente conectada, confere às plataformas capacidade de manipulação muito grande. Medeiros (2020), chama atenção para algoritmos utilizados em classificações de sujeitos, estes transformam um sistema de relações subjetivas em um sistema de seriação objetivo:

A problemática disso gira em torno, por exemplo, de elementos que geram classificações de sujeitos, fomentando seleções e diferenças, criando perfis em categorias de consumo, mapeando raças, gêneros etc. Isso é uma clara capacidade dos algoritmos de formar, controlar, homogeneizar um sistema de relações subjetivas para transformá-lo em um sistema de seriação objetivo, determinando valores e criando subjetividades com base nos interesses daqueles que têm o poder de controlar a informação (MEDEIROS, 2020, p.112).

Sendo assim, a neutralidade das plataformas digitais de comunicação, condição tão defendida por elas, não encontra respaldo nos fatos. A crença em uma relação direta entre produtores e consumidores de informações, segundo Medeiros (2020), desaparece com o uso de algoritmos ocultos pelas plataformas, que adquirem capacidade de modular e controlar o uso do ciberespaço. E mais, diante da concentração global desse mercado de dados em poucas empresas, Pariser (2012, p.96) afirma que, “em vez de descentralizar o poder, como previram alguns dos primeiros entusiastas da internet, a rede de certa forma o concentra”.

Pariser (2012), escrevendo oito anos atrás, previu que o avanço tecnológico chegaria às mais cotidianas atividades, apoiado sempre na personalização e na coleta de informações sobre seus usuários, possibilitando assim que os algoritmos façam palpites cada vez mais precisos. Atualmente, a tecnologia *smart* transforma uma geladeira ou uma cafeteira em um ponto de conexão à rede, sem falar nos televisores que já utilizam dessa tecnologia a mais tempo. Para Pariser (2012, p.147), as “tecnologias personalizadas de “realidade aumentada” irão projetar uma camada extra sobre nossa experiência do mundo real, e não apenas do digital”.

Por fim, utilizando de diversas ferramentas de inteligência artificial, as plataformas puderam aprofundar a análise, possibilitando fenômenos de manipulação explícita de debates públicos. O caso da empresa *Cambridge Analytica* atuando ativamente em eleições e plebiscitos pelo mundo, utilizando propaganda personalizada (*microtargeting*), foi emblemático nesse sentido, sobretudo nas eleições de 2016 nos Estados Unidos (VALENTE, 2019, p.162). Para Pariser (2012, p.112) “a personalização nos trouxe algo muito diferente: uma esfera pública dividida e manipulada por algoritmos, estruturalmente fragmentada e hostil ao diálogo”.

3.2 QUANTO VALE SUA INDIGNAÇÃO?

A busca pelo lucro, como toda atividade econômica na lógica capitalista, é o fator que impulsiona o funcionamento das empresas. No mercado da tecnologia da informação não é

diferente, como já desenvolvido anteriormente. Entretanto, existem assuntos que, quando explorados nas plataformas das redes sociais, geram mais cliques, engajamento e compartilhamento, e são aqueles envoltos em polêmicas. Para Singer (2018), apesar da estrutura da internet aparentar livre de regulação, percebe-se que existe sim, por parte das empresas de informação, uma curadoria. No entanto, o autor admite que a informação verdadeira tem menor chance de atrair os olhos (SINGER, 2018, p.130).

Sendo assim, as plataformas onde se encontram as redes sociais fazem vistas grossas à discursos antidemocráticos, xenófobo, carregado de mentiras e teorias da conspiração, diante do engajamento provocado por esses assuntos. Tais materiais, favorecidos pela estrutura das redes, circula livre pelo ciberespaço (SINGER; BROOKING, 2018). O uso de algoritmos personalizantes e a formação das câmaras de eco, favorecem a disseminação de Fake News e discurso de ódio, como será analisado a seguir. Pariser (2012) e Singer e Brooking (2018) citam uma analogia feita pela Danah Boyd e que dá uma ideia do perigo de não combater a desinformação e o discurso extremista:

Nossos corpos estão programados para consumir gorduras e açúcares porque estes são raros na natureza. ... Da mesma forma, somos programados biologicamente para estar atentos às coisas que nos estimulam: qualquer conteúdo grosseiro, violento ou sexual, e fofocas humilhantes, vergonhosas ou ofensivas. Se não tivermos cuidado, vamos acabar contraindo o equivalente psicológico da obesidade. Vamos acabar consumindo um conteúdo nada benéfico para nós mesmos e para a sociedade como um todo (BOYD, Danah, 2009 apud PARISER, 2012).

A personalização através dos serviços de informação algorítmica é tão abrangente que, ao anular as subjetividades dos contatos e relações digitais, seus efeitos na diversidade do diálogo político são destrutivos. As câmaras de eco produzem espaços pasteurizados que, segundo Gillespie (2018, p.114), encontra-se “apenas as notícias que esperamos encontrar e as perspectivas políticas que já nos são caras. Além disso, essa internalização das relações, via algoritmos e câmaras de eco, produz barreiras para um controle social daquilo que é dito em um espaço pretensamente público. Com a personalização desse espaço, o contraditório inexistente.

3.2.1 Fake-News: A Desinformação Como Método, O Ódio Como Resultado;

A importância da imprensa para a Democracia é inegável. As notícias são responsáveis por moldar a visão de mundo, informar fatos importantes e revelar a escala, tipo e caráter dos problemas que precisam de solução (PARISER, 2012). Além disso, a disputa política democrática deve, de maneira ideal, acontecer em um ambiente onde exista transparência, publicidade e o acesso igualitário à informação (DAHL, 1989). Com o surgimento da internet, o impacto sobre a prática jornalística foi, segundo Pariser (2012), de diversas maneiras

explosivo. O exercício profissional do jornalismo demanda tempo e recurso para produção de material e, por isso, acaba sendo incapaz de responder a contento a gana imediatista da internet. Diante disso, a rede forçou uma expansão do espaço das notícias, contestando os meios de comunicação tradicionais e fragmentando o espaço público: “quando existem mais vozes, as pessoas tendem a confiar menos numa voz específica” (PARISER, 2012, p.46).

A transformação do usuário, anteriormente o polo passivo que recebe as informações, como produtor e gerador de conteúdo, impactou também na atuação jornalística virtual. Para Singer e Brooking (2018, p.121, tradução nossa), a internet criou “o equivalente a vários bilhões de jornais, feitos sob medida para o gosto de cada usuário de mídia social no planeta”. Há, portanto, uma relativização dos fatos, que deixam de existir como elemento factual da comunicação para surgir, no lugar, “[...] um conjunto de “fatos” para cada ponto de vista concebível. Tudo que você vê é o que deseja ver” (SINGER; BROOKING, 2018, p.121, tradução nossa). A comunicação nesses ambientes deixa de lado seu caráter informativo, utilizando as tecnologias não só como ferramenta de descrição, mas passam ao objetivo de construir e reconstruir a realidade, como afirma Sakamoto (2013). A atuação, no interior dessas redes, não tem a intenção de simplesmente reportar, mas, também, de inventar, articular e mudar algo (SAKAMOTO, 2013).

Como abordado nos primeiros pontos deste capítulo, as redes sociais digitais e seus mecanismos tecnológicos, trouxeram um ambiente onde, apesar da aparência de público, é repleto de espaços onde só entra quem concorda e só chega informações que corroboram com a visão dominante. Nas chamadas câmaras de eco há a propensão ao viés de informação, ou seja, acreditar apenas nas informações que reforçam as noções que já temos, “fazendo-nos enxergar o que queremos enxergar” (PARISER, 2012, p.60). Nesse sentido, França e Machado (2019, p.64), analisam a função do algoritmo para a validação de “fatos” na lógica do viés de confirmação:

Nesse contexto, o “amigo virtual” tem um papel predefinido de espelhar os anseios de seus pares sem criticá-los, mas sim de enaltece-los a cada publicação com palmas virtuais e reproduções de falas em outras redes sociais ou em seu próprio perfil. E a publicação repetida infinitas vezes e de diferentes maneiras vira um fato, e o fato transforma-se em verdade incontestável (FRANÇA; MACHADO, 2019, p.64).

O viés de confirmação não é novo e não apareceu com o advento da internet. Existem, por exemplo, os espectadores que consomem unicamente notícias em canais de televisão ou conservadores ou progressistas, porém, sabem qual a linha editorial do canal de preferência (PARISER, 2012). No entanto, como dito no decorrer deste capítulo, as plataformas de redes sociais digitais não deixam claros seus métodos e algoritmos, ficando o usuário à mercê das

companhias (PARISER, 2012; SINGER; BROOKING, 2018; MEDEIROS, 2020). Não obstante esse fenômeno sempre tenha existido, a automatização trazida pelos filtros aumenta consideravelmente a proporção de conteúdo produzido que busca validar as narrativas do grupo (PARISER, 2012, p.63).

O fator psicológico dos algoritmos, de proporcionar uma experiência de navegação cada vez mais prazerosa, favorecendo a individualização das redes sociais digitais e ampliando drasticamente o viés de confirmação, segundo Pariser (2012), é o objetivo da bolha dos filtros. Ser contestado, questionado e desafiado é frustrante e o algoritmo sabe disso: “é por isso que os defensores de uma determinada linha política tendem a não consumir a mídia produzida por outras linhas” (PARISER, 2012, p.62):

As redes sociais e demais plataformas comerciais online têm gerado não apenas os já estudados fenômenos das bolhas de opinião ou a disseminação de fake news, mas algo mais radical e preocupante enquanto elemento central da ação política: a privatização da política e sua inserção em uma gramática moral. (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 950).

Assim sendo, o pensamento radicalizado também é resultado de toda essa estrutura tecnológica, que favorece a privatização da política que insere, na centralidade da ação política, uma gramática moral (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p.950). Diante disso, os participantes das câmaras de eco têm uma forte tendência à homofilia, um espaço de pensamento uniforme, fechado em sua bolha tecnológica pelos algoritmos — que também favorece o contato de pessoas com interesses semelhantes mundo a fora —, onde esses membros passam a organizar e coordenar-se em torno da causa que os une. Enquanto o grupo cresce, ganha visibilidade e amplia a atuação dos algoritmos na busca por novos adeptos (SINGER; BROOKING, 2018). Exemplos desses grupos não faltam. As mídias sociais digitais, afirmam Singer e Brooking (2018), garantem que conseguem encontrar algum grupo que os membros compartilham das mesmas opiniões que o usuário procura, não importando se a causa é perigosa (como apoio à grupos terroristas, xenófobos etc), mundana (festa, organização política, entre outros) ou fútil (que acreditam que a Terra é plana, por exemplo).

Apesar de existirem há muito no histórico da política, foi no espaço virtual que esses grupos ganharam mais poder e abrangência e que, segundo cientistas de dados ligados ao Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), é onde a desinformação, contendo histórias falsas, tem seis vezes mais velocidade para alastrar-se que as reais (SINGER; BROOKING, 2018). Não só na velocidade às fake news superam as notícias verdadeiras: “a falsidade se difundiu significativamente mais longe, mais rápido, mais profundamente e mais amplamente

do que a verdade em todas as categorias de informação” (SINGER; BROOKING, 2018, p.130, *tradução nossa*).

As informações que circulam nesse espaço servem a destruir reputações ou em disseminar o medo de algo ou alguém, fomentando a criação de pânico morais, como exemplos brasileiros, “os do fantasma da ideologia de gênero ou de um possível retorno do comunismo” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p.957). Nas eleições de 2016 nos EUA, as notícias que eram veiculadas no interior de muitas câmaras de eco, davam conta que o presidente Obama tinha nascido no Quênia e que era mulçumano, ambas mentiras mas, segundo Singer e Brooking (2018, p. 119, *tradução nossa*), estudos demonstraram que esses “relatórios falsos receberam mais engajamento no Facebook do que as principais notícias de todos os principais veículos de notícias tradicionais combinados”.

A desinformação através das *fake news* é o método utilizado por esses grupos de interesse para manipular dados que, construindo teorias e narrativas favoráveis a si, contribua para modelar a opinião pública no mesmo sentido (MACHADO; MISKOLCI, 2019). A definição de *fake news*, por si, é complexa. Segundo Tandoc, Lim e Ling (2017, p.3, *tradução nossa*) as *fake news*, apesar de não serem um fenômeno novo, são “postagens virais baseadas em contas fictícias feitas para se parecer com reportagens verdadeiras”. A motivação para a criação de uma *fake news*, segundo os autores, na maioria das vezes é financeira ou ideológica.

Sendo assim, os indivíduos que participam desses grupos são bombardeados com esse tipo de conteúdo e, por fim, tendem a radicalizar seus posicionamentos e, expondo-os, a tendência é ampliar o isolamento, por não se enquadrarem em padrões mínimos de civilidade (SOARES, 2019, p.4). Para Singer e Brooking (2018, p. 130, *tradução nossa*), a associação de teorias conspiratórias e as redes sociais deixam os usuários mais propensos e vulneráveis ao extremismo, ao preconceito com grupos minoritários e à violência política. Nesse sentido, surge uma faceta perigosa da atuação política virtual, onde o compartilhamento de “histórias loucas e obscenas tornou-se uma forma de ativismo político” (SINGER; BROOKING, 2018, p.134, *tradução nossa*).

Essa forma de ciberativismo pernicioso é caracterizado, para Lôbo, Moraes e Nemer (2020), como milícias digitais que agem à margem do ordenamento legal e guardam certa similitude com a atuação de grupos milicianos convencionais. Essas milícias digitais atuam como uma associação de pessoas, que estão interligadas através das plataformas de redes sociais e, agindo de maneira “coordenada ou orquestrada na web [...], se utilizando de robôs, contas automatizadas e perfis falsos, promovendo campanhas de ataques e/ou cancelamento de

imagens e reputações de adversários ocasionais” (LÔBO; MORAIS; NEMER, 2020, p. 260). Esse *modus operandi* foi identificado por esses autores particularmente no Brasil, porém, Singer e Brooking (2018) citam práticas semelhantes em diversas partes do mundo, como o Oriente Médio, Rússia, Paquistão, Índia, Sri Lanka, países da Europa, países da América Latina e, principalmente, nos EUA.

No ambiente das redes sociais digitais, sob a influência de algoritmos, que “funcionam como regras de racionalidade que substituem os julgamentos autocríticos da razão” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 952), vulnerável à desinformação e sem acesso à pensamentos divergentes, os usuários acabam, sem dar-se conta, naturalizando preconceitos e violência e destruindo padrões mínimos de convivência social (FRANÇA; MACHADO, 2019). Sendo assim, o comportamento antiético, que emerge nos ambientes dos grupos, ganha contornos aceitáveis:

No final desse processo, o mal, entendido aqui como um comportamento antiético, vai tomando cores aceitáveis, e até se tornar expressões de civismo, ou idoneidade moral. Percebe-se que entre a piada de mau gosto e a naturalização da comunicação violenta, há decurso de apenas alguns segundos e milhões de cliques dos usuários das redes. (FRANÇA; MACHADO, 2019, p.64)

A radicalização, citada anteriormente, poderia ser filtrada pelas plataformas, as teorias da conspiração retiradas do ar e as *fake news*, verificadas e desmentidas. No entanto, não o fazem argumentando que prezam pela liberdade de expressão que, segundo Lôbo, Morais e Nemer (2020) é um falso argumento que demonstra leniência e é utilizado para esconder o real motivo: o econômico. O conteúdo, portanto, não faz diferença para a atuação da plataforma, se este gera engajamento. A responsabilidade solidária, no mínimo, deveria ser exigida das plataformas que lucram muito dinheiro com “a publicidade gerada pela viralização de conteúdos contendo fake news e o discurso de ódio” (LÔBO; MORAIS; NEMER, 2020, p. 269).

Há um desestímulo ao jornalismo profissional, da importância de construir uma reputação de qualidade e confiabilidade, visto toda a arquitetura das redes sociais que, para Silva e Oliveira (2019), favorece o surgimento e capitalização de páginas e perfis voltados à divulgação de desinformações. Assim sendo, Mounk (2019) afirma que a credibilidade de ideias tão obscuras e absurdas — veiculadas durante as eleições presidenciais dos EUA, em 2016 —, é forjada no cruzamento da comunicação ‘muitos-para-muitos’ com câmaras de eco crescentemente mais estreitas: “Em algumas esquinas da internet — isto é, nos feeds do Facebook e nas *timelines* do Twitter de parcela significativa da população americana —, nenhuma maledicência contra Hillary Clinton parecia tão absurda que não pudesse ser verdade”

(MOUNK, 2019, p.178). Além disso, a lógica comercial deixa de ser a credibilidade e passa ao entretenimento, uma disputa de likes que “quanto mais selvagem for o título, mais cliques ele recebe e mais dinheiro se ganha” (SINGER; BROOKING, 2018, p.132, *tradução nossa*).

3.3 AS REDES SOCIAIS E A ESFERA PÚBLICA;

A esfera pública é, segundo Jackson Medeiros (2013) (MEDEIROS, 2013), uma estrutura onde diversos tipos de entidades agregam-se, em um espaço de informação e comunicação, com o objetivo de atuar em um jogo de forças para estabelecer relações de poder. Para Habermas (1997), a esfera ou espaço público, é um fenômeno social elementar para a democracia, uma caixa de ressonância que ecoa o som da opinião pública e converte-se o público em sujeito dessa esfera.

Por conseguinte, Habermas (1997), complementa que a descrição da esfera pública é importante para compreender os fluxos comunicacionais que são transformados em opinião pública, através de uma rede adequada de comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões: “A esfera pública se reproduz por meio do agir comunicativo assim como o mundo da vida utiliza a linguagem natural conforme a prática comunicativa cotidiana”(CÔRBO; GONÇALVES, 2015, p.162).

Partindo dessa conceituação, é possível observar a esfera pública como um fator que reforça a pressão exercida pelos problemas já estabelecidos e, segundo Habermas (1997, p.91), “ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar”. Sendo assim, a esfera pública amplia a capacidade de visualização dos problemas públicos e é importante para exercer um acompanhamento posterior das demandas no âmbito do sistema político (HABERMAS, 1997). Além disso, a mobilização na esfera pública é uma das ferramentas mais eficientes na criação e manutenção das conexões entre representantes e representados (YOUNG, 2006).

É possível, de acordo com Habermas (1997), elencar diferentes níveis da esfera pública, utilizando como fatores de categorização a densidade da comunicação, a complexidade organizacional e o alcance. O autor chega à três tipos de esfera pública: da presença episódica, da presença organizada e a abstrata. A primeira é caracterizada pela baixa densidade da comunicação, ausência de complexidade organizacional e de baixo alcance, como bares, café e encontros pela rua. A esfera pública da presença organizada já apresenta baixo alcance, porém

relativa densidade da comunicação e alta complexidade organizacional, como shows, reuniões de partidos ou congressos de igrejas. A terceira, o autor cita a mídia como produtora, caracterizando como partícipes os “leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente” (HABERMAS, 1997, p.107).

Com a emergência da internet e das redes sociais digitais, as condições de comunicação, organização e alcance são modificadas. Côrbo e Gonçalves (2015, p.163) apontam que, apesar do alerta de Habermas para os perigos de substituir as interações presenciais, episódicas ou organizada, para a generalização da presença virtual de leitores distantes entre si, a internet gradativamente rompe com a distância e possibilita interações no meio virtual que, anteriormente, necessitavam de um espaço concreto.

Nos movimentos sociais que foram analisados no capítulo anterior, é possível perceber que houve a construção desse novo nível de esfera pública, com nova densidade de comunicação, grande complexidade organizacional e de amplo alcance: o ciberespaço. Deste modo, os movimentos trazem ao ciberespaço a característica de uma esfera onde as pessoas não são meras usuárias de plataformas sociais digitais, elas as utilizam como “local de organização, mobilização e deliberação de pautas discutidas em rede” (CÔRBO; GONÇALVES, 2015, p.159).

A engenhosidade do ciberespaço, tratada nos capítulos anteriores, é que possibilita uma infinidade de conexões entre os atores que transformam as redes sociais em “verdadeiros espaços públicos virtuais” (CÔRBO; GOLÇALVES, 2015, p.153). Em 2015, Côrbo e Gonçalves (2015) escreveram que a conexão entre a comunicação livre — mediada pelas plataformas de redes sociais como o Facebook, YouTube e Twitter etc —, e a ocupação do espaço urbano, estabelece um espaço público híbrido. Segundo Castells (2013), o espaço público adquire uma característica híbrida nesses movimentos, aliando o espaço virtual e o espaço urbano:

Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora (CASTELLS, 2013, p.16).

As manifestações que ocorreram no Brasil, a partir de 2013, demonstram, segundo Côrbo e Gonçalves (2015), que o espaço de ação onde se configuraram foi, principalmente, a internet e as redes sociais, reforçando a observação da citação anterior, feita por Castells (2013). Diante da evidência de que o agir comunicativo, que originou as mobilizações, estabeleceu-se na internet, um cenário onde o papel dos indivíduos é expandido rumo a “possibilidade de

exploração de individualidades, de produção de conteúdo, de mobilizações coletivas, de reivindicações de direitos e de formação de comunidades virtuais de ativismo social”, distinto do apresentado anteriormente com as mídias tradicionais (AUGSTEN, 2017, p. 2).

O monopólio da produção de conhecimento não existe e, com a comunicação de muitos para muitos, amplia-se a capacidade de diálogo da sociedade civil global (CÔRBO; GONÇALVES, 2015). Essas características participativa e descentralizada da produção e a livre circulação de informações, permite uma maior participação dos atores que, segundo Recuero, Zago e Soares (2017), possibilitaria a construção de uma “ciberdemocracia”. No entanto, as plataformas onde as redes sociais são estabelecidas, apesar de não terem capacidade para produção de discursos, há algoritmos implícitos que deturpam o debate estabelecido nesses espaços e que, observa Medeiros (2020, p.111) “controlam, coletam, manipulam e distribuem os discursos que criam subjetividades”.

3.3.1 *Debate Público E As Câmaras De Eco*

A esfera pública, ou espaço público, como demonstrado anteriormente, é o espaço onde o debate público acontece de forma transparente utilizando mecanismos de linguagem. O diálogo, para Habermas (1997), é parte fundamental do processo de construção da esfera pública, constituída através da linguagem, pois esta encontra-se aberta às relações onde a liberdade comunicativa for estabelecida no contato entre uns e outros. O autor ainda afirma que o espaço público se dá a partir de qualquer encontro não limitado à mera observação mútua, sendo assim, os canais de comunicação da esfera pública ligam-se às esferas da vida privada, através das redes de interação simples, como da família, amigos, vizinhos, etc. Sendo assim, Habermas (1997, p.98) afirma que “as estruturas espaciais de interações simples podem ser ampliadas e abstraídas, porém não destruídas”. A esfera pública e a esfera privada, no entanto, se diferenciam pelas condições distintas de comunicação:

O limiar entre esfera privada e esfera pública não é definido através de temas ou relações fixas, porém através de condições de comunicação modificadas. Estas modificam certamente o acesso, assegurando, de um lado, a intimidade e, de outro, a publicidade, porém, elas não isolam simplesmente a esfera privada da esfera pública, pois canalizam o fluxo de temas de uma esfera para a outra. A esfera pública retira seus impulsos da assimilação privada de problemas sociais que repercutem nas biografias particulares. (HABERMAS, 1997, p.98, *grifo do autor*)

Habermas (1997, p.101), defendeu que a liberdade de imprensa, do rádio e da televisão são garantidoras da “infraestrutura medial da comunicação pública, a qual deve permanecer aberta a opiniões concorrentes e representativas”. Entretanto, diante do aumento exponencial das informações que circulam na rede mundial de computadores, mecanismos de filtragem e

direcionamento foram estabelecidos pelas plataformas sociais digitais, modificando de forma drástica as possibilidades de contato entre os usuários, passando a determinar quais ideias os indivíduos terão contato: “a nova rede personalizada talvez já não seja tão adequada à descoberta criativa como foi um dia” (PARISER, 2012, p.71).

Essa personalização da rede social, segundo Pariser (2012), funciona como um mapeamento das preferências dos usuários, analisando os dados sobre interesses particulares ou de pessoas com perfil próximo e tenta fazer extrapolações (este tema será abordado mais à frente). O autor nomeia esse fenômeno de “bolha dos filtros”, que cria um universo de informações exclusivo para cada um dos usuário e que transforma a forma de defrontar e lidar com informações: “são mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar a seguir” (PARISER, 2012, p.11).

Esses mecanismos de filtragem surgiram com o objetivo de melhorar a experiência virtual, no entanto, limitaram a possibilidade de contato com ideias diferentes, o que não favorece o debate e nem fortalece a esfera pública, pelo contrário, essa perde relevância (PARISER, 2012). Para Ferreira e Rios (2017), o resultado é perceptível na *timeline* dos usuários:

O resultado é evidente na *timeline* do usuário: uma verdadeira bolha. Conteúdos que o Facebook calculou serem de maior interesse ou relacionados ao nosso comportamento é exibido com maior frequência. Postagens de usuários com ideias, gostos e opiniões similares as nossas são exibidos com maior proeminência. Enquanto outros temas se tornam invisíveis em nosso perfil. (FERREIRA; RIOS, 2017, p.4)

Os filtros, portanto, direcionam conteúdo e determinam as interações dentro das redes sociais, fazendo com que o indivíduo fique preso em uma bolha de informações, consumindo apenas as que estão de acordo com seu pensamento já consolidado (PARISER, 2012; AUGSTEN, 2017; FRANÇA; MACHADO, 2019). Sendo assim, Recuero, Zago e Soares (2017, p.2), chamam atenção para a tendência dos atores de isolarem-se em grupos onde a circulação de informação é limitada, “criando uma percepção falsa de espaço público (onde “todos” falam) e de opinião pública (onde a “maioria” concorda)”.

É nesse cenário deturpado das mídias sociais que o grande público tem buscado informação. Segundo Recuero, Zago e Soares (2017, p.2), pesquisas demonstram que os principais canais informativos da massa populacional estão nas redes sociais digitais e que, com a dinâmica das bolhas de filtros, observa-se a formação das câmaras de eco, afastando o contraditório e provocando “efeitos no posicionamento político e nas próprias instituições democráticas”. Mais à frente, outro fenômeno importante será analisado, as *fake news*, que utilizam-se deste ambiente informacional isolado e tendencioso para alastrar.

Para França e Machado (2019, p.64) a internet possibilitou ao cidadão assumir a função de produtor de informação e, por isso, a notícia torna-se personalizada “de acordo com suas necessidades, desejos e interpretações”, dando publicidade às suas ideias. Além disso, os autores apontam que, a estrutura das câmaras de eco favorece o consumo de mais informações que foram produzidas por pessoas afinadas com sua ideologia. Sendo assim, a dinâmica instalada com os mecanismos de filtragem e a produção das câmaras de eco produzem grupos fechados com propensão à homofilia — a tendência a “compartilhar um pensamento em comum e reproduzir apenas conteúdo que reforça esse pensamento” (SOARES, 2019, p.4).

As câmaras de eco são espaços onde a informação que chega sofre um eco, ou seja, apenas repete-se aquilo que os receptores já acreditam. Esse eco funciona como um viés de confirmação que, segundo Ferreira e Rios (2017), é um termo da psicologia que faz referência à informação que ganha credibilidade quando o indivíduo tem contato por diferentes fontes, não importando se estas vieram de uma única fonte comum. Um paradoxo evidenciado também por Mounk (2019, p.176), ao observar que a facilidade de comunicação, propiciada pelas redes sociais digitais, pode “levar a muito menos comunicação de parte a parte nas discórdias sociopolíticas mais pronunciadas”.

As câmaras de eco, portanto, reduzem o potencial democrático do diálogo, indispensável para o fortalecimento do espaço público, dando a impressão que o interesse individual é maior que a coletividade. Pariser (2012, p.111) afirma que não é possível obter uma democracia funcional sem o diálogo, pois é ele que permite à um grupo de pessoas criar “sua cultura democraticamente e calibre suas ideias no mundo”. Além disso, na democracia é necessário que os cidadãos pensem para além do individualismo, adotando o interesse público como exercício do diálogo, da colisão de ideias, culturas e identidades, para tanto, a imagem do mundo deve ser construída pelo contato entre as pessoas, compartilhando fatos e discussões que subsidie o debate democrático (PARISER, 2012; AUGSTEN, 2017).

Isto posto, as câmaras de eco impactam na assimilação da sociedade e na percepção de mundo e, portanto, resultam em um alto custo social e cultural (AUGSTEN, 2017). Diferente da expectativa posta com o advento da internet, o ciberespaço foi reproduzindo a estrutura capitalista, voltada ao individualismo e ao lucro, e afastando-se de “uma esfera pública ampla, plural e com debates cívicos e críticos” (AUGSTEN, 2017, p.11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise da democracia liberal, como observado no primeiro capítulo, aprofunda-se com o passar do tempo, distanciando cada vez mais a classe política dos seus representados. Portanto, exige mudanças, um novo desenho institucional que forneça uma maior valorização do cidadão representado e espaços de poder, compartilhados, voltem-se à defesa dos direitos fundamentais (LÔBO; MORAIS; NEMER, 2020, p. 270). Essas mudanças, importantes para a melhora das condições para exercer a democracia, passam necessariamente pela questão virtual. O avanço tecnológico é, sem dúvidas, uma força transformadora das relações sociais em pleno funcionamento. Aliás, como afirma Mounk (2019, p.182), “a revolução resultante nas comunicações já é um traço crucial da nossa realidade”.

Diante da expansão significativa de usuários conectados via redes sociais digitais e a amplitude e relevância da internet no dia a dia das pessoas, fazem com que a observação maniqueísta dos efeitos políticos das TICs seja demasiado limitada. O uso dessas tecnologias na coordenação de ativistas produziu uma onda de mobilização popular — analisada no segundo capítulo —, promoveu meios de comunicação independentes e canais que ampliaram a participação política. A ação política, cabe ressaltar, é composta desde a formação de opiniões e vontade, até a efetiva tomada de decisão (URBINATI, 2010). Nesse sentido, o uso das redes sociais como fator democratizante, expandindo as possibilidades de participação política e com propósitos de organização de movimentos sociais, aconteceu ao mesmo tempo em que forças reacionárias as utilizavam para outros fins, “mais afeito aos grupos autoritários, que buscavam defender o status quo ou propagar o pensamento conservador” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p.952).

Ao observar os algoritmos utilizados para proporcionar ao usuário uma experiência satisfatória, com o objetivo de maximizar os seus lucros, as plataformas induzem uma individualização, modificando a esfera e o debate público, formando as câmaras de eco e impactando diretamente nas possibilidades de uma participação cidadã. Ao identificar a ascensão de líderes populistas e antidemocráticos, utilizando-se das plataformas de redes sociais digitais, é possível inferir que eles compreenderam melhor o funcionamento das TICs até o momento.

Por fim, a metodologia de revisão bibliográfica foi importante para traçar a linha histórica que acompanhou o debate sobre a relação entre democracia, participação e internet e, também, compreender o funcionamento do ciberespaço. Diante da limitação temporal para pesquisa, a inserção de uma análise de caso não foi possível, no entanto, seria enriquecedor

observar os mecanismos em funcionamento, analisando as plataformas existentes. No caso brasileiro, o desafio é ainda maior devido ao uso extensivo de plataformas privadas de comunicação, como o *Whatsapp* e o *Telegram*, que restringem o acesso aos conteúdos que são veiculados apenas pelos membros de um grupo específico. Além disso, utilizando-se dos debates e informações aqui sistematizados, é possível sugerir inovações institucionais que superem os efeitos deletérios dessas redes sociais digitais, retirando o cidadão da latência rumo a um maior engajamento e participação política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. **Aurora**: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v. 8, n. 23, p. 73-95, jun./set. 2015.

ÁLVAREZ, C. Manifestación en Madrid el 15 de mayo de 2011 convocada por Democracia Real Ya.. **El País**, 23 abr. 2012. Disponível em: https://elpais.com/politica/2012/04/23/actualidad/1335212093_805436.html. Acesso em: 19 nov. 2020.

ALVES, Jorge Amaro Bastos. ALGUNS ENSINAMENTOS DA CRISE FINANCEIRA NORTE-AMERICANA DE 2008. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 28-40, 13 set. 2018. Fundacao Educacional de Criciuma- FUCRI. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18616/rdsd.v4i1.4393>. Acesso em: 29 out. 2020.

AMARAL, Augusto Jobim do; FIEDLER, Cássia Zimmermann; MEDINA, Roberta. De encontro à nova razão neoliberal: primavera árabe, occupy e as jornadas de junho de 2013 no brasil. **Conversas & Controvérsias**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 312-325, 18 jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/2178-5694.2018.2.30308>. Acesso em: 22 out. 2020.

AUGSTEN, Patrícia. A Ágora Contemporânea e o Debate Público: uma reflexão sobre o ciberespaço como uma nova instância da esfera pública. In: Congresso De Ciências Da Comunicação Na Região Sul, 18. 2017, Caxias do Sul: Intercom, 2017. p. 1-15.

BARREIRA, Irllys Alencar F. Ação direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, p. 145-164.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. THE LOGIC OF CONNECTIVE ACTION. **Information, Communication & Society**, [S.L.], v. 15, n. 5, p. 739-768, jun. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/1369118x.2012.670661>. Acesso em: 24 out. 2020.

BERLIN, Leslie. **Why Silicon Valley Will Continue to Rule**. 2015. Disponível em: <https://medium.com/backchannel/why-silicon-valley-will-continue-to-rule-c0cbb441e22f>. Acesso em: 02 out. 2020.

BILLER, David. **Livro sobre fim de democracia é o mais vendido da Amazon no Brasil**. **Exame**, 23 dez. 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/livro-sobre-fim-de-democracia-e-o-mais-vendido-da-amazon-no-brasil/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

BRIGGS, A; BURKE, P. Uma História Social da Mídia. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BURGOS SANTOS, Marcelo; ARAUJO, Rafael; PENTEADO, Claudio. Laboratório de inovação Cidadã e Cidadania 2.0: Um estudo de caso dos modelos Media Lab Prado e Citi Lab Barcelona. In: 43º Encontro Anual da ANPOCS, 2019.

Calhoun, Craig. Occupy Wall Street in perspective. *British journal of sociology*, 64 (1). pp. 26-38. 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra – 2003.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**: Movimentos sociais na era da Internet. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 271 páginas, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a Crise da Democracia Liberal**. Trad. Joana Angélica d'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CERVI, Emerson U.. Mundo Virtual, Poder Real: mesmo sob novas condições a alocação de poder político não necessariamente muda. In: CADERNOS ADENAUER (Brasil) (ed.). **Democracia Virtual**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013. p. 7-148.

CHAUÍ, Marilena. **Comunicação e Democracia**. In: CICLO DE DEBATES DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 3.. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018. p. 1 - 13.

CÔRBO, Dayo de Araújo Silva; GONÇALVES, Márcio. Redes Sociais Digitais na esfera pública política: exercícios de cidadania. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 6, n. 6, p. 152-168, 2015.

COSTA JUNIOR, Ernane Sales da. **Sobre Vozes Da Rua E Gigantes Que Despertam**: retratos de um imaginário. 2016. 172 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

DAHL, Robert A. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.

DI FÁTIMA, Branco. Revolução de Jasmim: a comunicação em rede nos levantes populares da tunísia. **Temática**, Lisboa, v. 1, n. , p. 1-15, jan. 2013.

DINIZ, Iara Gabriela Faleiro; CALEIRO, Maurício. Web 2.0 E Ciberativismo: O Poder Das Redes Na Difusão De Movimentos Sociais. **Cambiassu**: Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão, São Luis, v. 1, p.41-53, 2011.

BENSEMRA, Zohra. Tunisianos protestam pelo fim de todos os resquícios do regime do ex-presidente Ben Ali. **Reuters**, 23 jan. 2011. In: ESTADÃO. Um ano de Primavera Árabe. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/blogs/olhar-sobre-o-mundo/um-ano-de-primavera-arabe/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

EL-GHANY, Mohamed Abd. Manifestação na praça Tahrir, Cairo. **Reuters**, 08 jul. 2011. In: ESTADÃO. Um ano de Primavera Árabe. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/blogs/olhar-sobre-o-mundo/um-ano-de-primavera-arabe/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

FERREIRA, Alexandre Valério; RIOS, José Riverson Araújo Cysne. Filtro Bolha, Câmara de Eco e a Formação de Opiniões Extremas. In: Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação, 40., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Intercom, 2017. p. 1-12.

FRANÇA, Adelaide Carvalho; MACHADO, Carlos Augusto Alcantara. Os Novos Espaços Públicos Na Era Digital: breve análise sobre as redes sociais como instrumento para o debate político. **Revista da Agu**, Brasília, v. 18, n. 4, p. 56-74, out. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/download/61145859/Adelaide_237620191106-24877-wgga2m.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

FUENTES, Josué Gonzáles. Web 2.0: visão geral sobre a comunicação baseada na web entre partidos políticos latino-americanos In: CADERNOS ADENAUER (Brasil) (ed.). **Democracia Virtual**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013. p. 51-72.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History?** National Interest, n.16. New York, 1989. Disponível em: <http://www.wesjones.com/eoh.htm> Acesso em: 10 dez. 2019.

GABRIEL, Ruan de Sousa. **O Sucesso dos livros sobre a crise da Democracia e a ascensão populista**: títulos sobre política viram aposta das editoras brasileiras e entram na listas dos mais vendidos. **Época**, 08 fev. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/o-sucesso-dos-livros-sobre-crise-da-democracia-a-ascensao-populista-23435543>. Acesso em: 16 nov. 2020.

GIDDENS, Anthony. Mundo em Descontrole – O que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMES, Wilson. (2005). A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras*, São Leopoldo, v. VIII, n. 3, p. 214-222.

GILLESPIE, Tarleton. The relevance of algorithms. In: GILLESPIE, Tarleton; BOCZKOWSKI, Pablo; FOOT, Kirsten (eds.). *Media Technologies*, p. 167-194. Cambridge, MA: MIT Press. 2013.

HABERMAS, Jurgen. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. v.2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Editora Vozes Limitada, 2018.

JOFFE, George. A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 30, p. 85-116, jun. 2011. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 out. 2020.

LE POINT, 27 jun. 2013. Le grand basculement vers le Sud. Disponível em: https://www.lepoint.fr/editos-du-point/nicolas-baverez/le-grand-basculement-vers-le-sud-27-06-2013-1686497_73.php#xtmc=bresil&xtnp=1&xtcr=1 Acesso em: 26 out. 2020.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2005.

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, Ermínia et al. (org.) *Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

LIPPMANN, Walter. (1993). *The Phantom Public*. New Brunswick: Transaction Publishers.

LIPSET, Seymour M. (1981). *Political Man: The Social Bases of Politics*. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press.

Lobo, E., de Moraes, J. L. B., & Nemer, D. Democracia Algoritmica: O futuro da democracia e o combate às milícias digitais no Brasil. **Legal Cultures Magazine**, v. 7, n.17. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rcj.v7i17.982>. Acesso em: 10 set. 2020.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. DAS JORNADAS DE JUNHO À CRUZADA MORAL: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, [S.L.], v. 9, n. 3, p. 945-970, dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>. Acesso em: 25 out. 2020.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo de caso brasileiros. Salvador: UFBA, 2008.

MEDEIROS, Jackson da Silva; SCARTASSINI, Verônica Barboza. Sociedade De Controle E Produção De Subjetividade: anotações sobre algoritmos. In: COLÓQUIO HABERMAS, 15., 2019, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Salute, 2019. p. 180-194. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/204476/001107543.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 out. 2020.

MEDEIROS, Jackson da Silva. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política. **Transinformação**, Campinas, v. 1, n. 25, p. 27-33, jan./abr., 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v25n1/a03v25n1.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

MEDEIROS, Jackson da Silva. Dispositivos de subjetividades: algoritmos nas redes de poder e informação. **Texto Digital**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 105-123, 10 ago. 2020.

MEDEIROS, Josué. BREVE HISTÓRIA DAS JORNADAS DE JUNHO: uma análise sobre os novos movimentos sociais e a nova classe trabalhadora no brasil. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 51, p. 87-117, jul./dez. 2014.

MILL, John Stuart. **Governo Representativo**. São Paulo: Escala, 2006.

MOVIMENTO PASSE LIVRE (São Paulo). **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo**. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 15-21.

MOUNK, Yascha. **O Povo Contra a Democracia**. Por que nossa Liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Representação, crise e mal-estar institucional. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 91-111, Apr. 2014.

PARISER, Eli. O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PAVLIK, John V. A tecnologia digital e o jornalismo: As implicações para a Democracia. *Brazilian Journalism Research*, 2011, Vol.7(2), p. 94.

PUTNAM, Robert D.. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2006.

QUEIROZ, Eliani de Fátima Covem. Ciberativismo: a nova ferramenta dos movimentos sociais. **Panorama**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 2-5, 30 jun. 2017. Pontifícia Universidade Católica de Goiás -PUC Goiás.

RECUERO, R.; ZAGO, G.; SOARES, F. B. Mídia social e filtros-bolha nas conversações políticas no Twitter. In: Encontro Anual da Compós, 26, São Paulo, Compós, 2017.

ROUVROY, Antoinette; BERNIS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação?. **Revista ECO-Pós**, v. 18, n. 2, p. 36-56, 2015. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/2662. Acesso em 19 out. 2020.

REUTERS. Manifestantes na avenida Paulista no domingo. Reuters, 17 ago. 2015. In: ROSSI, Marina. Perfil de quem foi à Paulista destoa de lideranças e não poupa ninguém. **El País**, 18 ago. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/18/politica/1439928655_412897.html. Acesso em: 19 nov. 2020.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. (org.) Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

SALIBA, Elias Thomé. **Com a democracia em crise, se multiplicam os livros que explicam a política atual. Folha de São Paulo**, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,com-a-democracia-em-crise-se-multiplicam-os-livros-que-explicam-a-politica-atual,70003335250>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SCHUMPETER, J. A. Capitalismo, Socialismo e Democracia. New York: Harper and Brothers. 1942.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia et al. (org.) Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

SILVEIRA, S. A. da. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. Revista USP, [S. l.], n. 86, p. 28-39, 2010. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i86p28-39. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13811>. Acesso em: 26 out. 2020.

SINGER, Peter Warren; BROOKING, Emerson T. **LikeWar: The weaponization of social media**. New York: Eamon Dolan Books, 2018.

SOARES, Felipe Bonow. Esfera Pública e Desinformação: estratégias de circulação e legitimação da desinformação. In: Encontro Anual Da Compós, 28., 2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Compós, 2019. p. 1-22

TANDOC, Edson C.; LIM, Zheng Wei; LING, Richard. Defining “Fake News”. **Digital Journalism**, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 137-153, 30 ago. 2017. Informa UK Limited. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>. Acesso em: 02 de out. de 2020.

TEIXEIRA, Lina Moscoso. O impacto da mudança de algoritmo do Facebook nos media alternativos Fumaça e Outras Palavras. In S. Pereira (Ed.), Literacia, Media e Cidadania – Livro de Atas do 5.º congresso (pp. 366-380). Braga: CECS, 2019.

TELES, Paulo Roberto Alves. Occupy Wall Street e Los Indignados: uma névoa de insatisfação no século xxi. **Cadernos do Tempo Presente**, Aracajú, v. 27, n. 27, p. 84-100, mar./abr. 2017.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VALENTE, Jonas. **Tecnologia, Informação e Poder**: das plataformas online aos monopólios digitais. 2019. 400 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

VIEIRA, Vivian Patricia Peron. O Papel Da Comunicação Digital Na Primavera Árabe: apropriação e mobilização social. In: Congresso Da Associação Brasileira De Pesquisadores Em Comunicação Política, 5., 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Compolitica, 2013.

WIKIMEDIA COMMONS. Manifestantes lotam Avenida. 20 jun. 2013. In: FLORESTI, Felipe. Manifestações de 'Junho de 2013' completam cinco anos: o que mudou? **Galileu**. 20jun. 2018. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2018/06/manifestacoes-de-junho-de-2013-completam-cinco-anos-o-que-mudou.html>. Acesso em: 19 nov. 2020.